

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM
ENDOWMENT NO CURSO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA

RAFAEL MENEZES SUEISHI

FLORIANÓPOLIS

2012

RAFAEL MENEZES SUEISHI

OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM
ENDOWMENT NO CURSO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Gueibi Peres Souza

FLORIANÓPOLIS

2012

RAFAEL MENEZES SUEISHI

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Rafael Menezes Sueishi na disciplina CNM 5420 – Monografia, do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gueibi Peres Souza
Orientador

Prof. Dr. Francis Carlo Petterini Lourenço
Membro

Prof. Dr. Guilherme Valle Moura
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meus agradecimentos se direcionam a toda minha família e a todos aqueles que por mim de algum modo colaboraram para que eu atingisse um nível intelectual maior, o trabalho foi grande! Um abraço especial para o Renan Casagrande e Thiago Braga, que acompanharam de perto grande parte do meu processo de graduação, ao Robson Bertola, o qual, com seu jeito peculiar de encarar as coisas muito me ensinou, ao Alfredo Coli, que desde o primeiro dia de aula estava ali, aos amigos Lucas de Oliveira e Lucas Lichy, pela amizade e por terem sido parceiros nos assuntos ligados a este trabalho, aos amigos Leandro Marçal, Milton Silveira e Thiago Stein pela amizade de longa data e apoio nas horas mais difíceis, ao pessoal do Banco Bradesco e da XP Investimentos, entre várias outras pessoas que souberam deixar sua marca nesse processo, mesmo que muitas vezes silenciosamente e de forma indireta. Espero retribuir tais esforços da melhor maneira para meu país, e é claro, para a humanidade, pois deveria ser só esse o intuito da vida: deixar um mundo melhor para as futuras gerações. Então, espero que esse trabalho possa transformar algo para melhor, estarei feliz se isso acontecer.

Agradeço à Deus por me fazer forte quando estava me sentindo fraco, fico muitíssimo grato ao meu orientador, prof. Dr. Gueibi Peres Souza, que conseguiu com tanta paciência ser fundamental na elaboração deste trabalho, além de ter sido um dos melhores professores com qual me deparei durante minha graduação. Um agradecimento especialmente àquelas pessoas que, com sua humildade e sabedoria, conseguem transmitir mensagens vitais que tão poucos conseguem sentir por si só devido à tamanha correria que são nossos dias.

Obrigado UFSC pelo seu aconchegante *campus*, obrigado ao RU, o qual, literalmente, me alimentou física e intelectualmente através dos incontáveis debates e conversas com os amigos da faculdade. Não posso esquecer-se de agradecer aos egressos do curso de Economia da UFSC que responderam ao questionário aplicado no presente trabalho e foram fundamentais para este processo.

*Until the philosophy which hold one race superior and another inferior
is finally and permanently discredited and abandoned -
Everywhere is war –*

*That until there no longer
First class and second class citizens of any nation
Until the colour of a man's skin
is of no more significance than the colour of his eyes -
Me say war.*

*Then until the basic human rights
Are equally guaranteed to all,
Without regard to race -
This is a war.*

*That until that day
The dream of lasting peace,
World citizenship
Rule of international morality
Will remain in but a fleeting illusion to be pursued,
But never attained
Now everywhere is war.*

Bob Marley – War

RESUMO

Endowments é um tipo de estrutura voltada para captação de recursos oriundos de doações e patrocínios que tem como objetivo preservar o valor principal captado pela perpetuidade e ainda gerar, através de seu rendimento, resgates previsíveis e recorrentes que possam sustentar uma determinada causa. O uso deste tipo de estrutura, também conhecido no Brasil como fundos patrimoniais, se mostrou eficiente no meio acadêmico, com destaque para algumas universidades norte-americanas. No Brasil verificou-se de estrutura semelhante na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Nesse sentido, este trabalho monográfico tem por objetivo propor ao curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a adoção deste modelo como uma forma de complementar seus recursos e objetivos como instituição. A metodologia utilizada caracteriza-se de pesquisa quanti-qualitativa, cuja coleta de dados se deu a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, esta última através de questionários aplicados aos egressos do referido curso. Constatou-se que o curso de economia da UFSC possui as condições prévias para cogitar a adoção do modelo proposto.

Palavras-chave: *Endowments*, Fundo Patrimonial, Captação de Recursos, Política de Investimento; Regras de Resgate.

ABSTRACT

Endowments is a type of structure that is designed to raise funds from donations and sponsorships that aims to preserve the principal value captured for perpetuity and still generate through their income, predictable and recurring bailouts that can support a certain cause. The use of this type of structure, also known in Brazil as Fundos Patrimoniais, was efficient in many kinds of institutes, especially in some American universities. In Brazil there is a similar structure at the Polytechnic School, University of Sao Paulo. Thus, this monograph aims to propose the course of Economics of Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) the adoption of this model as a way to supplement their resources and goals as an institution. The methodology is characterized quantitative and qualitative research, which data collection took place from literature and field research, the latter by questionnaires given to graduates of this course. It was found that the course of economics at UFSC has the prerequisites to contemplate the adoption of the proposed model.

Keywords: Endowments, Endowment Fund, Fundraising, Investment Policy, Rules Rescue.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Concordam com a existência de fundos patrimoniais mantidos por recursos oriundos de doações e patrocínios na instituição de onde se graduaram.....	36
Gráfico 2. Contra ou a favor as campanhas de doações de egressos.....	37
Gráfico 3. Contra ou a favor as campanhas de doações de alunos.....	38
Gráfico 4. Contra ou a favor as campanhas de arrecadação através de patrocínios de empresas.....	39
Gráfico 5. Causas consideradas mais relevantes para captação de recursos.....	40
Gráfico 6. Contrapartidas consideradas mais importantes na decisão de doação.....	41
Gráfico 7. Costumam fazer doações a instituições do terceiro setor.....	42
Gráfico 8. Possuem sentimento de gratidão à Universidade em relação à atual colocação profissional e social.....	43
Gráfico 9. Egressos que participariam de uma eventual campanha de levantamento de recursos para a instituição onde se graduaram.....	44
Gráfico 10. Valorizam empresas que investem recursos nas instituições de ensino superior.....	45
Gráfico 11. Concordam que as empresas que investem recursos na Universidade tenham sua marca divulgada em retribuição ao patrocínio.....	46

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Formulação do problema de pesquisa.....	8
1.2	Hipótese básica.....	9
1.3	Objetivo Geral.....	9
1.3.1	Objetivos Específicos.....	10
1.4	Justificativa.....	10
1.5	Metodologia.....	11
1.6	Estrutura do Trabalho.....	12
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	A Questão da Sustentabilidade nas Universidades.....	14
2.2	Responsabilidade Social e Terceiro Setor.....	16
2.3	Captação de Recursos.....	17
2.4	<i>Endowments</i>	18
2.4.1	Conceito.....	18
2.4.2	Características.....	20
2.5	<i>Endowment</i> da Escola Politécnica da USP.....	23
2.6	Cultura e Legislação.....	27
2.7	Amostragem.....	30
2.8	Análises de associação.....	31
3.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS.....	33
3.1	A organização da Pesquisa.....	33
3.2	Apresentação e Interpretação dos Resultados.....	35
4.	PROPOSIÇÃO DO MODELO.....	47
4.1	Requisitos.....	47
4.2	Dificuldades.....	54
5.	CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	56
5.1	Conclusões.....	56

5.2	Recomendações	62
6.	REFERÊNCIAS	64
	Apêndices	68
	Anexos	70

1. INTRODUÇÃO

Considerando a educação como fator essencial ao desenvolvimento de um país, abre-se a discussão quanto à sustentabilidade das universidades públicas. Embora se trate de um tema abrangente, o fato é que um curso de reconhecida qualidade em nível superior demanda infraestrutura e recursos financeiros para o financiamento das suas atividades essenciais. Dado que boa parte da receita dos cursos nas Universidades Federais é limitada pelo orçamento da União e que muitas vezes já está destinada à custos fixos, impedindo novos investimentos que aumentem os benefícios percebidos pela comunidade acadêmica, a procura por alternativas de complemento aos recursos se torna pertinente e atrativa. Embasadas, assim, em exemplos de universidades internacionais, algumas instituições brasileiras passaram a pensar em uma estrutura voltada à captação alternativa de recursos visando uma ação efetiva em prol da expansão de suas atividades (SOTTO-MAIOR, 2011).

A manutenção consistente dos *endowments* em universidades americanas fez com que algumas instituições brasileiras passem a considerar semelhante alternativa. É o caso da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), que em 2011 adotou o modelo. Brevemente, podemos dizer que o conceito de *endowments* é o de estruturas que administram principalmente recursos financeiros, mas também bens e direitos; os recursos são investidos com as premissas de preservar o valor do capital principal na perpetuidade e também gerar resgates periódicos que beneficiem uma causa (SOTTO-MAIOR, 2011). Este tipo de estrutura denominado *endowments*, através de seu histórico, já se mostrou aplicável a diversos tipos de causas.

Estruturas denominadas *endowments* são fundos patrimoniais voltados para as mais distintas causas e já permitiram a algumas entidades filantrópicas e educacionais sustentar ou complementar suas respectivas atividades por um longo período sem permitir depreciação do patrimônio (FORD FOUNDATION, 2001). Os *endowments* mostraram-se particularmente eficientes nos ambientes acadêmicos, com destaque para as universidades norte-americanas e europeias, onde o volume de recursos financeiros de algumas instituições superou o montante de bilhões de dólares (SOTTO-MAIOR, 2011). Embasado nisso, o presente trabalho passa a considerar a possibilidade de implantação de uma estrutura semelhante no curso de Economia

da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como alternativa de complementação de seus recursos disponíveis para alocação.

A observação da importância de uma série de requisitos, principalmente em relação à estrutura da organização mantenedora e da forma como ela constrói sua imagem perante a sociedade, deve ser avaliado antes de se construir um modelo proposto para que possa de fato ser capaz de possibilitar a viabilização dessa intenção. Neste trabalho, por conseguinte, daremos relevo a essa preocupação rastreando os requisitos pertinentes ao nosso objeto de estudo.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

As universidades historicamente apresentam-se como importantes elementos no processo de integração e desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas (MOISEICHYK, 2001). Algumas universidades estrangeiras, como *Yale* e *Cambridge*, fazem uso de captação de recursos alternativos, como doações, patrocínios e até prestação de serviços, para formar um fundo patrimonial que gere rendimentos de tal modo que seja capaz de financiar custos relacionados a diversos objetivos institucionais (SOTTO-MAIOR, 2011). No caso do Brasil, o modelo é pouco conhecido em instituições de ensino superior (SOTTO-MAIOR, 2011). Na Universidade de São Paulo (USP), a Escola Politécnica de Engenharia vem adotando o modelo desde 2011, mas esse ainda é um caso isolado (EEP, 2012). O fato é que a captação alternativa de recursos já apresenta resultados de sucesso, especialmente por se mostrar uma alternativa no aumento das receitas institucionais das unidades acadêmicas (SOTTO-MAIOR, 2011).

Nesse sentido, este trabalho se propõe a investigar o seguinte problema de pesquisa: quais são os requisitos para a implantação de um *endowment* no curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina?

O presente estudo busca relacionar as características necessárias na estruturação de um *endowment* com o ambiente em questão. Porém, em termos de resultados correlacionados ao problema de pesquisa, o trabalho vai além, uma vez que grande parte dos assuntos aqui

abordados pode ser compatível a outras realidades, como a própria Universidade como um todo, ou diferentes Faculdades, ou até mesmo entidades não educacionais. O fato de grande parte do tema aqui abordado ser compatível a outros tipos de instituições dá um caráter de pluralidade à pesquisa realizada elucidando sua importância e justificativa na medida em que contribui para que esta prática seja difundida no país preenchendo mesmo que parcialmente a lacuna existente na literatura em relação à implementação desta ideia.

1.2 Hipótese básica

Na medida em que se acredita que os *endowments* se tratam de uma prática com histórico de sucesso em outras instituições, inclusive educacionais, julga-se plausível admitir que o curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina possui as características consideradas essenciais para introdução de estrutura semelhante em seu ambiente acadêmico. Ou seja, considerando as efetivas dificuldades na obtenção de recursos para o cumprimento de todas as atividades consideradas essenciais em um curso superior de universidade pública, um *endowment* próprio pode ser uma alternativa à captação de recursos financeiros para o curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3 Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo a verificação de quais os requisitos necessários para a adoção de um *endowment* no curso de economia da UFSC. Assim, contribuir para geração de recursos alternativos para esta unidade acadêmica, através de uma proposição de modelo customizado de *endowment*, orientado estrategicamente para a arrecadação de fundos.

1.3.1 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, formularam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever as características típicas da estrutura denominada *endowment*; assim como o modelo desenvolvido no Brasil no ambiente acadêmico, ou seja, o da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; e
2. Conhecer o nível/grau de aceitação dos egressos do curso de Economia da UFSC em relação a recursos doados e patrocinados; a propensão dos mesmos em participar de campanhas de doação; assim como as causas e contrapartidas mais relevantes para eles visando à formação de um fundo patrimonial no curso de Economia da UFSC.

1.4 Justificativa

As instituições públicas de ensino superior têm reclamado que os recursos a elas destinados são cada vez menores, mal atendendo as folhas de pagamento de seus colaboradores e impossibilitando o avanço da pesquisa em áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país (AZEVEDO, 2012). Além disto, pode-se considerar que a realidade brasileira tem contribuído para a existência de um “senso comum” sobre a necessidade de mudanças paradigmáticas, que permitam a busca de novas alternativas para o fortalecimento da universidade em seu papel de principal instituição geradora e disseminadora de conhecimentos (MOISEICHYK, 2001).

Este estudo se mostra relevante, pois pretende apresentar importantes contribuições para a questão da sustentabilidade nas Universidades Públicas, mais especificamente ao curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Um estudo dessa natureza pode contribuir para a ampliação do conceito além de fomentar uma discussão sobre o tema neste ambiente acadêmico. O histórico de sucesso dos *endowments* ligados a algumas Universidades estrangeiras leva à crença da possibilidade de pratica semelhante nesta unidade acadêmica.

A discussão do papel da universidade em relação ao desenvolvimento de um conjunto social e suas perspectivas para o futuro pode ser considerado relevante, particularmente em relação à obtenção dos recursos para a realização de seus propósitos institucionais. A investigação de um problema no sentido de apoiar a unidade acadêmica em questão e, conseqüentemente, a sociedade que a cerca, através da implantação de uma estrutura de captação de recursos, se mostra relevante no atual cenário do curso em questão, e das demais instituições de ensino superior e mesmo do país.

1.5 Metodologia

Para a classificação desta pesquisa, tomou-se como base a metodologia apresentada por Vergara (2007), que a qualifica quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa, segundo este autor, é metodológica, na medida em que contribui para a construção de um instrumento para avaliar se existe atmosfera favorável à implantação de um fundo patrimonial. A pesquisa pode ser considerada descritiva, pois aponta as principais características da população pesquisada, como aspectos relevantes e preferências, e expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, estabelecendo correlações entre as variáveis tentando definir sua natureza. Considera-se a pesquisa como aplicada, por gerar um resultado prático visível em termos econômicos. Já quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, pois é um estudo sistematizado alicerçado em publicações em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas disponíveis para pesquisa (VERGARA, 2007) e procura explicar o problema de pesquisa a partir de referências teóricas publicadas em documentos, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre o tema (CERVO e BERVIAN, 1996). A pesquisa é também de campo porque investiga o fenômeno no seu ambiente de ocorrência (PRESTES 2003).

Segundo Kotler (1998), um dos instrumentos mais comuns para a coleta de dados primários é o questionário. Ele consiste em um conjunto de questões para ser respondido por questionados; porém, eles precisam ser cuidadosamente desenvolvidos, testados e corrigidos antes de serem aplicados em larga escala. Nesse sentido, a investigação do fenômeno via pesquisa de campo, no caso desta pesquisa, se deu através de questionários aplicados à

egressos do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, com formação entre os anos de 1976 e 2011, desde que tivessem seus dados eletrônicos atualizados e disponíveis para contato. O questionário aplicado foi uma adaptação ao utilizado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), já que esta instituição, seguindo o exemplo da Escola Politécnica de São Paulo, almeja a implementação de seu próprio *endowment*. Assim, o presente estudo busca verificar se o modelo em funcionamento nesta última faculdade citada é cabível na realidade do curso de Economia da UFSC.

Quanto à abordagem, a pesquisa é quanti-qualitativa (GARCIA e HONÓRIO, 2007) com o propósito de descrever características de uma determinada situação. A pesquisa é enquadrada como quanti-qualitativa, pois mede não só através de números e estatísticas mas também de opiniões, as hipóteses levantadas a respeito do problema da pesquisa.

1.6 Estrutura do Trabalho

Quanto a sua estrutura, este trabalho está disposto em cinco capítulos. O capítulo 2 está organizado de maneira a introduzir ao leitor o conceito dos *endowments*, onde tona-se possível entender as possibilidades e benefícios, vislumbrados pelo autor como contributivos ao ambiente acadêmico, proporcionados por este tipo de estrutura. Através da compreensão da importância que a estrutura proposta poderia propiciar ao curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a seção transpassa os assuntos relativos à esse tipo de análise, contendo temas como: a sustentabilidade nas universidades públicas, a questão do terceiro setor, características dos *endowments*, o fundo patrimonial da Escola Politécnica da USP e a questão legislativa e cultural relacionada ao assunto.

Já o capítulo 3 busca apresentar e explicar os dados colhidos na pesquisa de campo realizada para o presente trabalho. A partir da aplicação de questionários aos egressos do curso de economia da UFSC, buscou-se identificar/ilustrar quais seriam as principais causas para a criação de um fundo patrimonial no ambiente em questão, quais as principais

contrapartidas exigidas pelos doadores e qual é a propensão dos egressos a participarem de uma campanha de captação de recursos para o referido curso.

Para finalizar, no capítulo 4 foi elaborada uma proposição de possível modelo de *endowment* a ser adotado no curso de economia da UFSC. A base disto foram as informações colhidas em diferentes autores presentes na literatura e na pesquisa de campo aplicada. Em seção específica, levanta os primeiros passos que deveriam ser tomados no sentido de adotar um modelo como este no ambiente em questão.

O fechamento do trabalho se dá com o capítulo 5, onde apresenta-se de forma sintetizada uma recapitulação daquilo que foi abordado nos capítulos anteriores indicando, num primeiro momento, quais as conclusões que podem ser averiguadas desse estudo. Posteriormente, são colocadas as recomendações que o autor propõe para futuros estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Questão da Sustentabilidade nas Universidades

Existem duas correntes de pensadores quando se aborda a questão da sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil (RISCAROLLI, 2007). A primeira, defendida por autores como Brito Cruz (2011) e Chauí (1999), advogam a favor do ensino público como responsabilidade exclusiva do Estado. A outra corrente é adepta ao ensino superior com envolvimento do capital privado (RISCAROLLI, 2007). Azevedo (2012), ex-reitor da Universidade de Brasília, entende que a estrutura socioeconômica do país é resultante da soma da política educacional e do modelo de desenvolvimento econômico praticados pelo Estado, inviabilizando a capacidade que este possui de cumprir plenamente suas obrigações constitucionais.

Apesar da validade dos argumentos da corrente que defende o ensino superior gratuito, nota-se que os esforços do Estado não são suficientes para desobrigar o governo e a sociedade brasileira a buscarem formas alternativas de recursos para financiar a educação superior no Brasil (AZEVEDO, 2012). Assim, o presente estudo considera que há certo grau de dificuldade na questão da sustentabilidade econômica das universidades públicas brasileiras, e busca verificar alternativas à escassez de recursos, além de procurar uma maneira consistente e eficaz de ampliar os benefícios ligados às instituições de ensino, tais como pesquisa e extensão. Acredita-se, para tanto, que o caminho alternativo seja o incentivo à sociedade, estimulada pelo poder público, a prover os recursos necessários por meio de doações, patrocínios e até mesmo serviços.

A organização educacional, assim, pode ser vista como um lugar onde residem ideias, valores, normas, rituais e crenças. Sob essa ótica, coloca-se uma organização como um “fenômeno cultural”, que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento dessa sociedade, de como nela se desenvolvem e são mantidos os padrões de cultura, ou seja, de como as organizações afetam a realidade social e são conjuntamente construídas (MORGAN, 1996).

Crippa (1980) destaca como missão da Universidade, uma vez que é uma instituição do saber, organizar todas as formas de conhecimento acumulado e direcioná-los para melhorar a vida humana. O mesmo autor salienta que esta não pode se limitar apenas a vender ou transmitir conhecimentos. Para este autor, a missão da Universidade, em vez disso, exige um comprometimento com as novas realidades sociais que constituem o mundo (CRIPPA, 1980).

No Brasil, a constituição federal de 1988 assegura juridicamente, no artigo 205 do capítulo 3, o direito a todos à educação, sendo esta um dever do Estado (BRASIL, 2000). Subtende-se, pois, que confere apenas ao Estado o dever de sustentar as instituições de ensino. No entanto, em nenhum momento a Constituição explicita a responsabilidade pessoal do cidadão nesse sentido.

O Brasil ainda possui uma das mais altas cargas tributárias do mundo (RISCAROLLI, 2007). Talvez esse fator justifique o fato de que, efetivamente, ainda não existe um papel mais ativo do cidadão na questão da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Ristoff (1999), ao analisar as universidades brasileiras, não se surpreende com as dificuldades observadas em várias esferas da sociedade. O autor destaca que países desenvolvidos, como EUA, Canadá, Japão, França e Alemanha, investem em educação uma média de US\$ 1.500,00 mensais por habitante. A Suécia emprega valor próximo de US\$ 2.200,00 ao mês. O Brasil, nesse ínterim, um país tomado como em vias de desenvolvimento, aplica uma média de US\$ 200,00 mensais por habitante em educação (RISTOFF, 1999).

No contexto das universidades públicas federais, fora a receita oriunda do orçamento da União, existem outras fontes definidas de recursos para instituições de ensino, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (MOISEICHYK, 2001). Ainda existe um conjunto de órgãos como a Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas CNPq e as fundações estaduais de pesquisa. Todos estes são organismos focadas no apoio à formação de recursos humanos e à capacitação para a pesquisa no Brasil (MOISEICHYK, 2001).

Para os fins deste trabalho, a investigação desconsiderará como fonte captável de recursos as verbas públicas e aquelas oriundas das instituições citadas acima, priorizando a investigação de métodos alternativos de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior no país. Considerando que por vezes, os métodos alternativos de captação de recursos estejam relacionados à instituições com um bom nível de responsabilidade social, inserindo-se assim no terceiro setor, uma abordagem mais direta do tema se faz necessária.

2.2 Responsabilidade Social e Terceiro Setor

Segundo Melo Neto (1999), a responsabilidade social é o comprometimento permanente de uma instituição em aderir um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, além da comunidade local e da sociedade como um todo. Quando o autor trata de comunidade, refere-se a um conjunto de pessoas que compartilham um espaço, trabalho, necessidades ou interesses comuns, portanto, com fatores que favorecem a reunião, a comunicação e as ações coletivas.

Melo Neto (1999) ao abordar a questão da responsabilidade social dentro das instituições (interna) ainda defende o exercício da responsabilidade social externa. Responsabilidade social externa para ele corresponde ao desenvolvimento, por parte das instituições, de ações sociais que beneficiem a comunidade, inserindo-se assim no terceiro setor (MELO NETO 1999). Conforme Melo Neto (1999), o que caracteriza o Terceiro Setor é a natureza específica de suas ações, de caráter filantrópico e de investimentos em programas e projetos sociais, além do alto grau de diversidade das entidades do qual elas fazem parte.

Segundo Kanitz (2012) o primeiro setor é o governo, que é o responsável pelas questões sociais e o segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com as dificuldades do Estado, o setor privado começou “ajudar” nas questões sociais através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. O terceiro setor, aliás, é o constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público (KANITZ, 2012).

O terceiro setor no Brasil envolve cerca de 12 milhões de pessoas, entre gestores, doadores, voluntários e beneficiários (KANITZ, 2012). Estima-se que esse número possa ser maior, já que se prevê que um grande número de pessoas participe de projetos informais de diversas naturezas, portanto, não são oficialmente contabilizados (KANITZ, 2012).

Apesar da falta de números, não se pode subestimar o potencial de crescimento do terceiro setor no Brasil, nem, todavia, comparar a outros países (MELO NETO, 1999). O autor ainda afirma que a particularidade de valores, histórias e cultura exige uma ótica diferenciada para o caso brasileiro. Considera-se importante também que as organizações filantrópicas/de investimento social desenvolvam estruturas mais sustentáveis de captação de

recursos, como através dos *endowments* por exemplo, para garantir recursos em longo prazo e, assim, um maior impacto para os seus programas e atividades (SOTTO-MAIOR, 2011). Assim sendo, a questão de captação de recursos, especialmente no ambiente acadêmico, assume um caráter pertinente na discussão.

2.3 Captação de Recursos

Segundo Sotomaior (2011) captar recursos de doações e patrocínios, como forma de sustentabilidade, é uma estratégia bastante avançada em muitos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil, a maior experiência em ações de captações de recursos está concentrada em Organizações do Terceiro Setor (KOTLER e FOX, 1995).

O conceito de captação de recursos, segundo Cambridge (2003), é o “ato da coleta de dinheiro para um propósito particular”. Ainda que esse seja válido, o conceito de captação de recursos mais apropriado para a presente pesquisa é o de captação de recursos voltados para o ato de levantar ou obter recursos de várias fontes, para dar suporte econômico a uma organização ou projeto específico (SOTTO-MAIOR, 2011).

Segundo Kotler e Fox (1995), a sofisticação do processo de captação pode passar por três processos distintos. No primeiro, a captação de recursos é praticada como um pedido de ajuda para atender a determinada necessidade. No segundo estágio, o conceito de captação de recursos evolui. Inserem-se no contexto práticas de troca, ou seja, prêmios e ou bonificações passam a ser oferecidos aos doadores no intuito de fomentar as captações e ainda atrair outro perfil de doador. Por último, o processo de captação de recursos é entendido como um desenvolvimento, a instituição desenvolve uma ação de relacionamento com seus doadores prospectivos, tornando-se merecedora, isto é, passando a ser vista como instituição na qual os doadores conferem valor a sua contribuição, se lhes for dada a oportunidade (KOTLER e FOX, 1995).

Assim, entende-se que captar recursos não começa com um projeto de arrecadação de fundos, mas com a criação de um planejamento de práticas institucionais com poder de interferir na satisfação dos doadores potenciais (KOTLER e FOX, 1995). Os autores ainda

reconhecem que o desenvolvimento de captação de recursos começa com a construção da credibilidade e valor das causa da instituição, de maneira a fazer com que as pessoas decidam envolver-se e efetuarem suas doações. Selecionar potenciais parceiros, escrever projetos, fazer visitas a Fundações, realizar campanhas, pensar em um programa de relacionamento com parceiros, entender das isenções fiscais, criar um banco de dados são certamente atividades fundamentais para uma instituição que deseje captar recursos (KOTLER e FOX, 1995).

É nesse sentido, justamente, que os *endowments*, através de suas características fundamentais ligados a transparência, profissionalismo e perpetuidade servem como instrumento alternativo de captação de recursos. Na próxima seção, a fim de esclarecer melhor o assunto serão abordados o conceito de *endowments* e suas características além de um *case* brasileiro no ambiente acadêmico.

2.4 Endowments

2.4.1 Conceito

No dicionário de Cambridge (2003), a tradução para *endowments* aponta o seguinte: “um presente em dinheiro que irá proporcionar um rendimento para uma faculdade, universidade, um hospital, ou outra organização”. Fundos patrimoniais ou *endowments*, segundo a diretora de Administração e Finanças da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, são estruturas criadas para dar sustentabilidade financeira a uma organização sem fins lucrativos (FABIANI, 2010).

Em sua maioria, os *endowments* nascem com a obrigação de preservar perpetuamente o valor doado (chamado de principal), utilizando apenas para sua manutenção e atividades os rendimentos resultantes do investimento desse fundo (chamados de parcela livre), de acordo com regras pré-estabelecidas, que podem estar descritas no estatuto da instituição (FABIANI, 2010).

Os *endowments* mais conhecidos no mundo são os de grandes universidades americanas como, por exemplo, os de Harvard, Cambridge, Massachusetts, Yale, New Heaven, e Connecticut (SOTTO-MAIOR, 2011). Em 2009, seus fundos patrimoniais eram de, respectivamente, US\$ 25 bilhões e US\$ 16 bilhões – aproximadamente R\$ 45,3 bilhões e R\$ 29 bilhões (SOTTO-MAIOR, 2011).

No contexto do presente trabalho, será adotado para se referir ao “*endowment*” o sentido de fundo patrimonial, ou seja, uma estrutura voltada para captar recursos com objetivo de mantê-los na perpetuidade (inclusive contra perdas inflacionárias), gerando renda contínua para a conservação e até a expansão das atividades de determinadas instituições. Apesar de seu conceito poder ser aplicado em benefício de qualquer causa ou entidade, os *endowments* mostraram-se particularmente eficientes no meio acadêmico, com destaque para os *endowments* das grandes universidades norte-americanas, cujo volume de recursos financeiros por instituição muitas vezes supera os bilhões de dólares (SOTTO-MAIOR, 2011).

Não se tem certeza sobre a sua origem exata, mas é certo que a figura dos *endowments* existe há séculos. Obviamente, em sua origem não existia qualquer tipo de regulamentação ou definição por lei tal qual hoje podemos observar em diversos países, mas as características que hoje determinam esse conceito já foram relatadas desde a Idade Média (SOTTO-MAIOR, 2011).

É possível que para alguns leitores pareça haver certa confusão na definição do termo, o que torna pertinente ressaltar a diferença entre *endowments* e fundos de investimento. Um fundo de investimento é um condomínio que reúne recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários (ANBID, 2012). Os *endowments* são, no entanto, instrumentos criados para perenizar a existência e a viabilidade financeira de uma instituição, atividade ou entidade de interesse coletivo, ou seja, não existe a intenção de ganhos financeiros (SOTTO-MAIOR, 2011).

O que se percebe é que o patrimônio de um *endowment* é atrelado à sua causa, ao seu propósito. Rosso (1991) ressalta que a captação de recursos não pode e não deve ser vista como um fim em si mesmo, deve sim, estar vinculado a um propósito e a aspectos motivacionais e subjetivos. Vê-se que a clareza dos objetivos organizacionais deve ser absoluta no processo e estar intimamente ligada aos aspectos estratégicos da instituição. Por isso, no caso dos *endowments* para a área do ensino superior, muitos aspectos merecem ser

observados, como por exemplo, as principais causas para destinação dos recursos e contrapartidas consideradas pelos doadores.

Obviamente, os *endowments* possuem fins não lucrativos, e deverão responder a algum tipo de necessidade do ser humano ou da sociedade, trazendo credibilidade ao processo na medida em que são percebidos como de natureza estratégica para os fins da organização (FORD FOUNDATION, 2001). A organização, por sua vez, deve conquistar o direito de pedir recursos, e o fará pela relevância do destino que a eles dará (ROSSO, 1991).

O princípio dos fundos patrimoniais é o de que a instituição desenvolve uma ação de envolvimento com seus patrocinadores e doadores prospectivos, tornando-se merecedora, isto é, tornando-se uma instituição na qual os doadores se realizam ao contribuir, desde que lhes sejam dados a devida estrutura, transparência e oportunidade (KOTLER e FOX, 1995). No sentido de discutir uma estrutura que ofereça condições de transparência, na próxima seção abordamos as principais características dos *endowments*.

2.4.2 Características

As características mais marcantes da estrutura de um *endowment* envolvem: a) captação de recursos; b) regras de resgate e c) sua política de investimentos. A sincronia entre Política de Investimentos e Regras de Resgate é de grande importância para o adequado funcionamento de qualquer *endowment*, bastando ver que é a combinação desses elementos que proporciona o equilíbrio financeiro do fundo patrimonial, e garante seu funcionamento voltado para perpetuidade (SOTTO-MAIOR, 2011).

As regras de resgate se definem como a norma institucional que estabelece o ritmo de gastos permitido para o *endowment* (SOTTO-MAIOR, 2011). Em alguns casos, diversas regras são pré-estabelecidas em uma política de resgates, podendo combinar desde cálculos objetivos com decisões subjetivas, atribuídas a um indivíduo ou órgão colegiado (SOTTO-MAIOR, 2011).

Segundo Sotto-Maior (2011) o ritmo de gastos estabelecido pela regra de resgate deve levar em consideração a expectativa de retorno de longo prazo dos investimentos, o provável

efeito inflacionário, o ritmo desejado de crescimento, entre outros fatores. Observa-se que, para o funcionamento esperado de um *endowment*, a regra de resgate deve estar sincronizada com a política de investimentos adotada.

A política de investimentos apresenta peculiaridades que distinguem os *endowments* de outros fundos e reservas de investidores institucionais ou individuais. Isso ocorre por dois principais motivos. Primeiro, porque os *endowments* têm um horizonte de investimento infinito, o que não há em outros fundos. Segundo, porque as regras de resgates dão aos *endowments* outra característica que impacta diretamente a política de investimentos: sua necessidade de liquidez, que é relativamente baixa e previsível (SOTTO-MAIOR, 2011).

Outra característica marcante dentro da estrutura dos *endowments* é que os ativos que compõem o fundo patrimonial estarão permanentemente sujeitos a uma divisão ideal entre principal e parcela livre (FABIANI, 2010). A parcela livre pode ser calculada de diversas maneiras e corresponde à parcela do patrimônio que pode ser resgatada imediatamente do fundo patrimonial para o custeio da entidade ou financiamento das atividades beneficiadas pelo *endowment*, onde seu objetivo é atender as demandas do presente (FABIANI, 2010). A outra subdivisão do patrimônio, chamada de principal, é parte permanente, do qual se origina e se renova a parcela livre (FABIANI, 2010).

Quanto à captação de recursos, um *endowment* pode atrair para si novas contribuições, doações e patrocínios, que se agregam ao valor inicial, integram o principal e aumentam a sua capacidade de gerar resgates para as atividades que financia (SOTTO-MAIOR, 2011). Enfim, o papel do principal é existir na perpetuidade, para poder continuar gerando resgates livres e, assim garantir o princípio de equidade entre as gerações.

A política de investimentos é considerada um dos pontos cruciais de um fundo *endowment*. O que vai ditar seu ritmo são as necessidades e os objetivos da instituição em questão, ou seja, a finalidade que se pretende dar aos recursos (FABIANI, 2010). Isto, no entanto, deve ser feito sem depreciar o valor real de mercado do principal, mas, antes, usufruindo apenas de possíveis rendimentos, negociações superavitárias no mercado financeiro, patrocínios, doações, etc. (SOTTO-MAIOR, 2011).

A fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), que tem a missão de gerar e disseminar conhecimento para o desenvolvimento integral das crianças no Brasil possui um dos fundos patrimoniais mais antigos do país (FMCSV, 2012). Sua política de investimentos é definida por um conselho de curadores e conta com a assessoria de um comitê de investimentos, que emite pareceres e faz recomendações sobre a gestão dos recursos.

Ressalta-se, ainda, o apoio do conselho fiscal, que fiscaliza a gestão econômico-financeira, oferecendo pareceres relevantes para os investimentos (FMCSV, 2012). Enfim, a fundação representa um caso de sucesso em sua política de investimentos.

A política de investimentos da FMCSV prevê a diversificação das aplicações, de modo que a carteira total atinja a rentabilidade mais expressiva possível com um menor risco (FMCSV, 2012). A estratégia nessa área, a propósito, determina que a gestão dos recursos siga o objetivo social da Fundação, o que implica, por exemplo, não investir diretamente em ações de empresas de bebida, cigarro e armamento, por exemplo. Outra decisão é limitar em 5% os ativos do fundo patrimonial aportados no fundo operacional, destinado a cobrir as despesas administrativas e os programas da entidade (FMCSV, 2012). Portanto, a instituição citada pode ser um parâmetro para outras instituições brasileiras no estabelecimento de uma política de investimentos.

Considerando a subdivisão citada, entre principal e parcela livre, as regras de resgate são determinantes para definir o quanto pode e vai ser transferido de uma parte para outra em um fundo *endowment* (SOTTO-MAIOR, 2011). A legislação brasileira não define claramente o que é um fundo patrimonial, esses recursos são tratados apenas como uma reserva técnica, um valor suficiente para cobertura das atividades por um período curto, como, por exemplo, um ano fiscal (FABIANI, 2010). Em função disso, no caso brasileiro, as regras de resgate em sua maioria são embasadas em estatutos próprios (FABIANI, 2010).

As regras de resgate visam proteger o fundo de uma possível depreciação do patrimônio conquistado (SOTTO-MAIOR, 2011). Para determinar uma política de resgates adequada, uma instituição deve encontrar uma maneira de conciliar dois objetivos contraditórios: a necessidade de preservar e aumentar o valor real de seus ativos, ajustado para a inflação, e a capacidade para distribuir ou gastar fundos suficientes para satisfazer as despesas básicas operacionais, mantendo os benefícios (FORD FOUNDATION, 2001).

Chris Russel (2006) também mostra que fundos patrimoniais não devem agir como simples cadernetas de poupança, buscando apenas a incessante acumulação de capital. Tanto a captação quanto a política de investimentos e as regras de resgate devem estar intimamente ligadas à causa. Os fins que serão dados aos recursos é que devem ditar o ritmo de gastos da parcela livre (RUSSEL, 2006). Do mesmo modo como as necessidades presentes não podem colocar em risco a perpetuidade das ações do *endowment*, as regras de resgate devem prover também o presente, e isso através de regras claras, transparentes, que não deixem margem excessiva para subjetividade ou arbitrariedade (RUSSEL, 2006).

No Brasil não há lei que determine claramente as regras de resgates dos fundos patrimoniais. Porém, em países que já avançaram no tratamento do modelo a legislação existe. Nos EUA, a lei determina que as fundações privadas sejam obrigadas a gastar anualmente, no mínimo, 5% do seu patrimônio com atividades que beneficiem a sociedade como um todo, e o governo, em contrapartida, lhes oferece incentivos fiscais (FABIANI, 2010).

É notório que cada *endowment* tem sua necessidade específica e seu grau de aversão ao risco, posto que isso seja definido pelo grau de importância e urgência de suas causas. Um ponto chave é conter uma política de resgate fortemente alinhada com a política de investimento, e que seja trabalhada constantemente a capacidade de captação de novos recursos, a fim de aumentar a autonomia do fundo patrimonial (FORD FOUNDATION, 2001). A fim de aproximarmos a questão dos *endowments* à realidade das Universidades Públicas, a próxima seção abrangerá as características do *Endowment* da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

2.5 *Endowment* da Escola Politécnica da USP

Apesar da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) ser um reconhecido centro de excelência no ensino, pesquisa e extensão da engenharia brasileira, os recursos financeiros a ela destinados são considerados limitados pelos seus gestores, e isso se dá por fatores externos (EEP, 2012). Este exemplo nos motivou a investigar o modelo *endowment* ali adotado como alternativa ao curso de economia da UFSC.

O *endowment* da Escola Politécnica da USP é um fundo formado por recursos oriundos de doações de ex-alunos, pais de alunos, empresas e professores, além de contar com os rendimentos de seus próprios investimentos como força motriz (EEP, 2012). A ideia central consiste na manutenção de um fundo perpétuo, com recursos que geram renda contínua para a conservação e a expansão das atividades da Escola (EEP, 2012). Sua essência consiste em equilibrar a utilização imediata desses recursos com a preservação e o crescimento do patrimônio construído (EEP, 2012). É mantido sob a supervisão de

representantes da POLI, do Grêmio Politécnico e de outros expoentes da comunidade acadêmica da instituição que se organizaram em forma de associação (EEP, 2012).

Segundo o EEP (2012), a criação desse fundo patrimonial tem por objetivo contornar alguns obstáculos envolvidos na realização de doações à Universidade Pública. Por não existir uma estrutura transparente de captação de recursos, transmitindo credibilidade a ex-alunos e empresários, diversos ex-alunos das Universidades, em nível nacional, e que são considerados como bem sucedidos, com pós-graduação no exterior, sejam grandes doadores em instituições internacionais, deixando de colaborar aqui por questões meramente burocráticas (EEP, 2012).

A responsabilidade por determinar as diretrizes do investimento e por selecionar os gestores no mercado é de um conselho deliberativo formado por professores, alunos, servidores e doadores (EEP, 2012). Segundo a política divulgada pela instituição, as diretrizes do endowment da Escola Politécnica são constantemente discutidas e revisadas pelo Conselho (EEP, 2012).

A Regra de resgate prevê a liberação de 0,5% do patrimônio líquido ao mês, ou seja, a migração desse percentual do principal para a parcela livre. O sistema ainda inclui uma regra de suavização da volatilidade com a utilização da média móvel do patrimônio líquido dos últimos três anos, atribuindo pesos diferenciados a cada ano (EEP, 2012).

Segundo a EEP (2012), a missão atribuída ao *endowment* da Escola Politécnica foi definida como:

- Preservar o patrimônio da Poli;
- Tornar-se fonte vitalícia de recursos;
- Incrementar o orçamento;
- Financiar pesquisas e programas de extensão;
- Oferecer bolsas de estudos e prêmios por destaque acadêmico;
- Conservar e modernizar a estrutura física e intelectual da Escola; e
- Fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias.

Procurando respeitar o princípio de equidade entre as gerações, ou seja, assegurar uma gestão com garantias às gerações futuras de existência do mesmo nível de bem estar que a comunidade acadêmica desfruta no presente. Sendo assim, o *endowment* da Escola Politécnica tem quatro regulamentos básicos: I) ingresso de novos recursos; II) gestão do patrimônio

investido; III) resgate para utilização na Escola e demais entidades; e IV) alocação dentro da Escola com prestação de contas aos doadores e à sociedade (EEP, 2012).

O objetivo dos investimentos é buscar retorno absoluto num horizonte de longo prazo, a fim de possibilitar à instituição prover fluxos contínuos de recursos em favor de si mesma e das entidades beneficiadas (EEP, 2012). Quer, ao mesmo tempo, permitir o crescimento, ou pelo menos a preservação, do valor real do patrimônio acumulado (EEP, 2012). Com esse horizonte de longo prazo, tendendo à perpetuidade, as estratégias de investimento do *endowment* da Escola Politécnica não são voltadas para maximizar o retorno no curto prazo, mas sim para triangular de maneira eficiente o risco, o retorno e o “ritmo de gastos” (EEP, 2012).

Quanto a política de investimentos documentada pela POLI, esta regula a seleção dos gestores, os limites de alocação, o controle de risco e também fixa o duplo objetivo de proteger o principal contra a inflação e repor os resgates. Tal documento prevê, ainda, que as Diretrizes de Alocação de Recursos podem ser revisadas pelo Conselho Deliberativo, que, aliás, também participa da seleção dos fundos (EEP, 2012).

A Diretoria da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) considera a situação de adoção do modelo *endowment* na instituição contraditória, alegando que o financiamento de uma instituição pública, como enseja o fundo da Escola Politécnica, é dever do Estado (ADUSP, 2012). Segundo a própria Adusp (2012), o que preocupa a entidade é que a parte dispendiosa desse investimento (salários, infraestrutura para pesquisa científica e sua manutenção) não está ao alcance e nem mesmo no escopo do setor privado.

A entidade (ADUSP) considera o “alarde” em torno de recursos privados destinados a entes públicos uma forma de legitimar iniciativas “indevidas”, atribuindo a particulares poderes de decisão sobre as finalidades das instituições públicas (ADUSP, 2012). A fim de colher benefícios de projetos específicos, particulares são favoráveis a ideia da adoção do modelo, tido como recompensador seja para empresas seja para servidores das instituições envolvidas (ADUSP, 2012).

Um aspecto pertinente, relacionado a isso, é que, para a ADUSP (2012), os fatos ligados à adoção do modelo deveriam ter sido trazidos a público antes de sua implantação. Segundo eles, as diretrizes do *endowment* da Poli ainda precisam ser esclarecidas e analisadas pela universidade (ADUSP, 2012).

Por sua vez, o diretor da POLI alega que, por se tratar da inserção de recursos privados na esfera pública, a captação de recursos é empreendida com zelo, temendo falhas na

preservação do caráter público da Universidade e na manutenção de sua autonomia política, financeira e administrativa (EEP, 2012). Segundo ele, apenas são aceitas doações e outras formas de apoio que não prejudiquem, direta ou indiretamente, a reputação da Universidade de São Paulo, da Escola Politécnica e das entidades correlatas (EEP, 2012). A Escola Politécnica afirma que seu *endowment* foi criado com o intuito de aumentar a mobilização em favor da Escola, e não com o de substituir as formas tradicionais de captação de recursos. Seu trabalho é diferente e complementar àquele já realizado individualmente por outras entidades (EEP, 2012).

Segundo a própria direção do centro, as principais formas de captação de recursos são:

- Captação continuada, oferecida aos parceiros fixos, tais como alunos atuais e ex-alunos, pais de alunos e outras pessoas naturais e jurídicas comprometidas com o constante crescimento das fontes de financiamento da Escola;
- Campanhas específicas, desenvolvidas de tempos em tempos para alcance de metas, para projetos de grande relevância etc.

Outras, ainda, são as formas buscadas para aumentar o patrimônio da Poli, como:

- Doações e legados individuais de “grande porte” deixados por eminentes personalidades em seus testamentos, ou doações expressivas realizadas em vida;
- Doações de *endowments* e fundações nacionais e estrangeiras;
- Contribuições de órgãos públicos, através de incentivos fiscais, financiamento de pesquisas, projetos, entre outros.

Existe um regulamento de Governança que estabelece boas práticas, convertendo princípios em recomendações objetivas (EEP, 2012). Além disso, o Regulamento de Governança estabelece os parâmetros para a elaboração e a divulgação de relatórios periódicos de prestação de contas, informando como os recursos foram utilizados e quais melhorias foram trazidas para a faculdade, respeitando os princípios de ética e transparência em seu funcionamento (EEP, 2012). A presença desse tipo de regulamentação é de extrema importância, e sua existência no projeto de implementação da POLI demonstra que houve preocupação com questões centrais do modelo *endowment*. Outra questão central que envolve assunto dos *endowments* no Brasil está ligada a aspectos culturais e legislativos, devido as

particularidades do país. Sendo assim a introdução do conceito de endowment será aqui finalizado, na próxima seção, abordando este assunto.

2.6 Cultura e Legislação

A falta de reconhecimento da figura dos *endowments* como um instrumento jurídico específico e autônomo apresenta-se, hoje, como a primeira dificuldade para as entidades que desejam adotar esse modelo no Brasil, já que não há legislação específica para regimento desse tipo de fundo patrimonial (SOTTO-MAIOR, 2012). A falta de parâmetros legais, assim como há em outros países, cria para a entidade a necessidade de definir todas as regras em instrumentos particulares, como estatutos, regulamentos e contratos. Isso resulta em um custo maior para esse tipo de estrutura, além de não fomentar a cultura e incentivos fiscais que estimulariam os *endowments* (SOTTO-MAIOR, 2012).

Questionado a respeito da legislação brasileira sobre os fundos patrimoniais, Degenszajn (2012) afirma:

Nos Estados Unidos existe uma taxação sobre a herança. Então quando um empresário, um milionário morre e deixa seu patrimônio para alguém, para os herdeiros, esse patrimônio é altamente taxado pelo governo americano. Se esse recurso é utilizado para instituir uma fundação, deixa de ser taxado. Isso funciona como um incentivo muito grande para a criação de fundações – e fundações com muitos recursos. Já no Brasil o mesmo imposto que incide sobre a transmissão de bens entre pessoas incide sobre a doação de um recurso para a criação de uma fundação. Então, além de não haver um incentivo, existe ainda uma taxação, o que acaba provocando um desincentivo à criação de fundos patrimoniais. Os que existem, existem apesar da legislação vigente. O resultado é que temos um setor com poucas fundações dotadas de patrimônio e com condições de operar como doadoras de recursos. No campo “fundacional” dos Estados Unidos, a grande maioria ou quase totalidade das fundações operam como doadoras, a partir de recursos que elas têm, e utilizam esses recursos sem comprometer o patrimônio inicial. Então você tem uma fonte de financiamento perpétuo para as organizações da sociedade civil. Isso tem um peso muito grande na capacidade das fundações garantirem o funcionamento dessas organizações (Degenszajn, 2012, p.44).

Diante da citação acima se percebe alguns motivos de o assunto abordado na presente pesquisa ser incipiente entre as instituições brasileiras. Na América Latina, a maioria dos países não possui uma legislação que promova o estabelecimento de Fundos Patrimoniais (DEGENSZAJN, 2012). No Brasil, a legislação referente a doações não prevê benefícios fiscais para o estabelecimento de fundos patrimoniais nas organizações da sociedade civil, mas, na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, as doações dessa natureza e os rendimentos dos fundos não sofrem tributação (SOTTO-MAIOR, 2011). Na Europa e EUA, os bancos podem atuar como zeladores das regras estabelecidas para os fundos patrimoniais, o que dá segurança ao doador que destina os recursos para utilização perpétua (SOTTO-MAIOR, 2011).

Inevitavelmente, a questão da legislação influi nas práticas culturais de uma sociedade. Schwartz e Davis (1981) tratam cultura como um padrão de crenças e expectativas compartilhadas, que acabam produzindo normas que determinam o comportamento dos indivíduos em grupos. Já Schein (2004), aponta os pressupostos tácitos e as crenças individuais como o fundamento de comportamentos comuns, unidade e distinção cultural de grupos e comunidades. Apesar de Schein aplicar tais conceitos ao ambiente organizacional, seus fundamentos são relevantes nesse contexto (acadêmico), já que o autor investiga em detalhes qual o fundamento da cultura sob os níveis de pressupostos tácitos, valores e normas compartilhadas.

Considerando o aspecto cultural assim definido, é possível entender que o caso da legislação referente a incentivos fiscais e de fomento à captação de recursos alternativos no Brasil seja diferente de outros. Nos EUA, por exemplo, como há um valor de responsabilidade pelo desenvolvimento social das comunidades associado mais ao indivíduo, a legislação permite maior dedução de impostos. No Brasil, porém, a legislação é mais restrita, já que o Estado se coloca como o grande e único responsável pela sustentação dos mecanismos de apoio social (PEREIRA, 2001). Tal motivo faz com que doadores tendam a reagir negativamente ao ato de doar, já que as pessoas acreditam estar doando para o Governo. Uma vez que são pagadores de altos impostos, elas esperam que o Estado provenha os recursos necessários à sustentabilidade das instituições (PEREIRA, 2001).

De acordo com Kisil (2005), o investidor social corporativo ou individual deve pensar não apenas em ajudar a causa, mas também em apoiar a instituição beneficiada em seu desempenho gerencial. Assim, poderia estar protegendo o seu investimento social, bem como

ajudando outros possíveis doadores, que se sentiriam mais seguros ao doar para essas entidades (KISIL, 2005).

Para os doadores de fundos patrimoniais, o critério mais importante ao se considerar uma causa é a necessidade permanente existente (FORD FOUNDATION, 2001). Os recursos são voltados normalmente para instituições que estão ativas por um longo período de tempo e não possuem perspectivas de terem suas atividades terminadas. A segunda preocupação de um doador é avaliar se o adquirente potencial beneficiará suficientemente a causa (FORD FOUNDATION, 2001).

No Brasil, podemos vislumbrar duas formas de doadores. De um lado, encontramos o filantropo tradicional, com suas ações paternalistas, respondendo apenas às demandas, reagindo ao problema presente, preocupado exclusivamente com o atendimento pontual de problemas sociais e não com sua causa, cuja solução, aliás, teria o potencial de transformação da realidade (KISIL, 2005). De outro lado, há investidor social privado, que são aqueles que participam de programas e projetos de benefício social (fonte?). Contrapondo-se ao filantropo tradicional, o investidor social está mais preocupado em quem é o beneficiário dos recursos, quais as razões de suas necessidades, buscando conhecer mais as causas que os efeitos dos problemas sociais, bem como a realidade que se quer transformar (KISIL, 2005).

De acordo com KISIL (2005) filantropos normalmente desejam acompanhar em vida o uso dos recursos doados e os benefícios gerados por seu dinheiro. Por este motivo, se a política de resgates for excessivamente te protetora do principal, esta postura pode afastar possíveis doadores. Para esse tipo de doador, quanto maior o impacto das doações no presente, maior o incentivo para novas doações (fonte?). Quanto ao denominado investidor social, as causas são plenamente entendidas e, por isso, a política de investimentos e regras de resgate podem ser mais conservadoras, desde que seja evidente o foco na busca pela autonomia do fundo patrimonial em questão (KISIL, 2005).

Analisando as características da realidade brasileira, nota-se que o país precisa de novos mecanismos para fortalecer e dar transparência ao terceiro setor (SOTTO-MAIOR, 2011). As discussões sobre o Marco Legal do Terceiro Setor devem abranger melhorias no sistema tributário e propor regras mais claras para o estabelecimento de fundos patrimoniais no país (SOTTO-MAIOR, 2011). Igualmente, deve existir, além disso, uma discussão efetiva na sociedade a fim de buscar soluções e melhorias (SOTTO-MAIOR, 2011).

Dito isto, a sequência do capítulo abordará temas que serão úteis ao entendimento da análise e tabulação dos dados coletados na pesquisa de campo realizada.

2.7 Amostragem

Segundo Aaker e Kumar (2004), a amostragem pode ser adequada quando o tamanho da população for muito grande e o custo e o tempo apropriado na obtenção de informações de toda a população forem muito expressivos. Para McDaniel (2003), amostra é um subconjunto da população, onde a informação é obtida deste subconjunto para fazer estimativas sobre as características da população total, sendo este um grupo representativo da população total.

De acordo com Cooper (2003) os membros de uma amostra são selecionados com base em probabilidade ou por outros meios, a amostragem probabilística é baseada no conceito de seleção aleatória, um procedimento controlado, que assegura que todos os elementos da população tenham uma mesma chance de seleção conhecida e diferente de zero. Segundo este mesmo autor, em sendo a amostragem probabilística, a variável qualitativa, e a população considerada finita, determina-se o tamanho da amostra pela fórmula (1):

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2(N-1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

Sendo:

Z = abscissa da normal padrão

N = tamanho da população

p = estimativa da proporção de sucesso.

$q = 1 - p$, ou seja, a proporção de fracasso, onde $p \cdot q$ representa a variância da variável discreta (qualitativa).

d = erro amostral tolerado na estimativa do parâmetro.

Quando não tivermos condições de prever o possível valor para p , deve se admitir $p = 0,50$, pois, dessa forma, será encontrado o maior tamanho da amostra, admitindo-se constantes os demais elementos (COOPER, 2003). Na próxima seção abordaremos a ferramenta estatística aplicada para analisar os dados coletados com a aplicação do questionário, os quais serão apresentados no próximo capítulo.

2.8 Análises de associação

Aqui utilizamos o chamado teste qui-quadrado de independência, por ser comumente utilizado para avaliar a significância de uma associação, mais especificamente, para verificar se existe associação entre duas variáveis qualitativas (BARBETTA *et al.*, 2010). Com base em uma amostra de observações disposta numa tabela de contingência, com “L” linhas e “C” colunas correspondentes às categorias de X e Y, respectivamente, a hipótese nula afirma independência entre X e Y, enquanto a hipótese alternativa aponta para associação entre X e Y (BARBETTA *et al.*, 2010).

Segundo Barbetta *et al.* (2010) de um modo geral, uma tabela de contingência é uma representação dos dados, quer de tipo qualitativo, quer de tipo quantitativo. Os dados ilustrados na tabela de contingência podem ser classificados segundo dois ou mais critérios.

A teoria descrita em Barbetta *et al.* (2010) aponta que dois eventos são independentes se e somente se a probabilidade conjunta for igual ao produto das probabilidades de cada evento. Onde:

- p_{ij} é a probabilidade de ocorrência da linha i e coluna j

- p_i é a probabilidade de ocorrência da linha i ; e

- p_j é a probabilidade de ocorrência da linha j

Os estimadores de máxima verossimilhança de p_i e p_j são:

$$\hat{p}_i = \frac{n_{i.}}{n}, \quad i = 1, \dots, r \quad (2)$$

$$\hat{p}_{.j} = \frac{n_{.j}}{n}, \quad j = 1, \dots, c \quad (3)$$

Então se a hipótese de independência é válida, os estimadores de máxima verossimilhança de p_{ij} serão:

$$\hat{p}_{ij} = \hat{p}_i \times \hat{p}_{.j} = n \frac{n_{i.}}{n} \frac{n_{.j}}{n} = \frac{n_{i.} n_{.j}}{n} \quad \begin{matrix} i = 1, \dots, r \\ j = 1, \dots, c \end{matrix} \quad (4)$$

Seja $O_{ij} = (O_{11}, O_{12}, \dots, O_{rc})$ a frequência observada na célula (i,j) da tabela de contingências e E_{ij} a frequências esperada na célula (i,j) , admitindo válida a hipótese de independência dos critérios de classificação. Sob Hipótese nula os estimadores de verossimilhança das frequências esperadas E_{ij} serão:

$$E_{ij} = n \frac{n_{i.}}{n} \frac{n_{.j}}{n} = \frac{n_{i.} n_{.j}}{n} \quad \begin{array}{l} i = 1, \dots, r \\ j = 1, \dots, c \end{array} \quad (5)$$

A estatística do teste é um tipo de distância entre as frequências observadas e as frequências esperadas pela hipótese nula (BARBETTA *et al.*, 2010). Ela é dada por:

$$Q_{obs}^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (6)$$

Sob a hipótese nula, a estatística Q^2 segue uma distribuição assintótica Qui-Quadrado com graus de liberdade igual a $(L-1)(C-1)$.

Adotando nível de significância alfa, podemos obter χ^2 usando a Tabela da distribuição Qui-Quadrado pode-se construir a regra de decisão para o valor calculado Q^2 , como segue. Se Q^2 for menor que χ^2 , aceita-se a hipótese nula, ou seja as duas variáveis são independentes (BARBETTA *et al.*, 2010). Se Q^2 for maior ou igual a χ^2 rejeita-se a hipótese nula, ou seja, não há associação entre as duas variáveis (BARBETTA *et al.*, 2010). Como dito, este tipo de análise permite um entendimento ao relacionar diversas variáveis qualitativas, por este motivo tal ferramenta será utilizada no próximo capítulo, onde os dados do questionário aplicado no presente trabalho são analisados.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 A organização da Pesquisa

O levantamento teórico acerca dos *endowments* propiciou a consideração do modelo como alternativa ao curso de Economia da UFSC. Como descrito no delineamento metodológico, julgou-se necessário complementar a pesquisa bibliográfica, dando origem à pesquisa de campo aqui implementada. Logo, a proposição do modelo que será apresentada no capítulo 4 é sustentada sob duas diferentes óticas, sob forma de pesquisa bibliográfica e sob forma de pesquisa de campo, via questionário. Ambas levam-nos a crer na estrutura dos *endowments* como meio alternativo e eficaz na complementação de recursos essenciais para o cumprimento dos objetivos desta unidade acadêmica especificamente.

Via pesquisa de campo, a investigação da possibilidade de implantação de um fundo patrimonial no curso de economia da UFSC se deu através de questionários aplicados aos egressos do curso em questão que possuíam dados cadastrais que possibilitassem o contato. Vale ressaltar que, conforme mencionado no referencial teórico, os fundos patrimoniais no meio acadêmico têm nas doações de seus ex-alunos uma das principais fontes de recursos. Assim, a aceitação e participação desses seriam de fundamental importância para a solidificação de uma estrutura como esta, o que justifica nossa escolha por esse universo da pesquisa.

Através do questionário (APÊNDICE A), obtivemos as respostas fundamentais para responder os objetivos propostos. O questionário elaborado compõe-se de perguntas fechadas e abertas que quantificaram os itens resultantes da pesquisa. Para aplicação da pesquisa foi definida a população, ou público alvo. A população foi definida como os egressos do curso de Economia da UFSC, com formação entre 1976 e 2011 e endereço eletrônico disponível para contato. Os endereços eletrônicos dos membros da população foram conseguidos através de três maneiras distintas, 220 contatos foram disponibilizados por uma listagem conseguida junto ao Departamento de Economia, 108 contatos foram através da rede social *facebook*, onde os egressos estão agrupados na comunidade “Graduados – Economia UFSC”, e mais 14

contatos foram colhidos da listagem de professores de Economia da UFSC que se graduaram na própria instituição.

No período de 04 de abril de 2012 até 14 de maio de 2012 foram aplicados os questionários definitivos da pesquisa. Tendo sido enviados convites à população total, ou seja, 342 graduados em Economia pela instituição, destes, obtiveram-se 79 respostas, das quais 68 foram validadas e 11 anuladas por erro de preenchimento, fato interpretado como falta de compreensão da metodologia do questionário por parte dos entrevistados, admitiu-se o método de amostragem como sendo probabilístico.

A partir das 68 respostas obtidas consideradas válidas (n), foi calculado o erro na estimativa dos parâmetros. Mantendo um nível de confiança de 95% e $p = 0,5$, a margem de erro obtida foi de 10,65%, ou seja, pouco mais de 5 pontos percentuais para cima e para baixo.

O questionário aplicado na presente pesquisa foi uma adaptação ao utilizado no processo inicial de implantação do *endowment* da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (ANEXO 1). Adaptado ao presente trabalho, o questionário aplicado teve os propósitos da mensuração da aceitação cultural do tema pelo público alvo (questões 1 e 2); da identificação das causas de maior relevância para a formação de um fundo patrimonial na instituição em questão (questão 3); do levantamento das contrapartidas que afetam a decisão dos doadores (questão 4) e, ainda, o propósito de conhecer a propensão dos ex-alunos em participarem de campanhas de doação (questões 5 e 6). Finalmente, os dados foram tabulados (tabelas de distribuição de frequência simples e relativa) para posteriormente serem apresentados em forma gráfica visando possibilitar uma visualização mais clara.

A interpretação dos resultados se deu primeiramente através de técnicas estatísticas do método descritivo simples, com o objetivo de distinguir estatisticamente as diferentes opiniões. No segundo momento, como no nosso caso o intuito era de analisar a dependência entre os distintos eventos estimados nas diferentes questões do questionário, a partir da construção das tabelas de contingência, aplicou-se o teste qui-quadrado de independência, que, conforme levantado no referencial teórico do presente trabalho, é um teste usado para verificar se existe associação entre duas variáveis qualitativas.

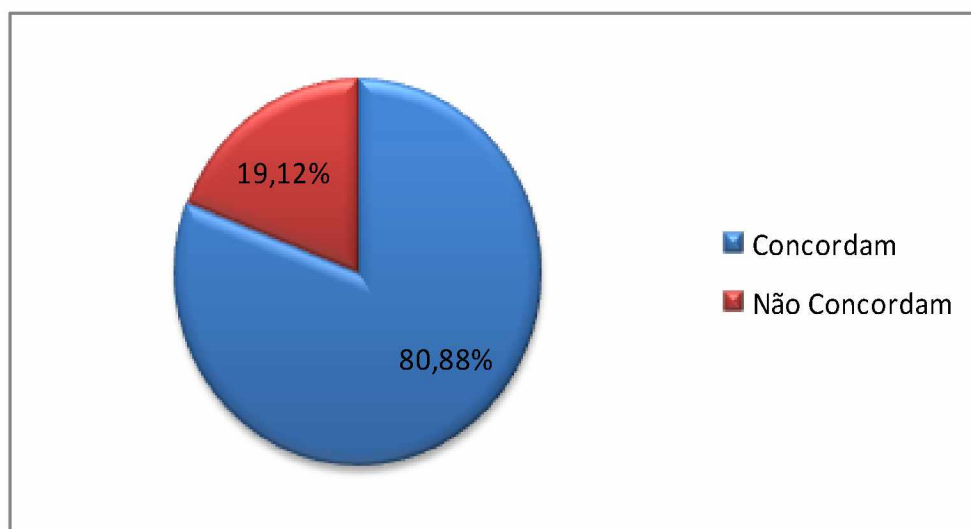
3.2 Apresentação e Interpretação dos Resultados

A demonstração, na forma de gráficos de setores, das frequências relativas das respostas, referentes ao questionário aplicado como base na pesquisa de campo, estão dispostas pela ordem das perguntas. Na sequência de cada informação, observações e interpretações do próprio autor são apontadas. Por sua vez, os resultados descritos servirão, juntamente com o levantamento bibliográfico, como base de sustentação do modelo aqui proposto.

Conforme o questionário (APÊNDICE A), a primeira questão explica brevemente aos questionados a estrutura em discussão, ou seja, um fundo patrimonial com base na captação de recursos oriundos de doações de ex-alunos, alunos e patrocínios de empresas a fim de complementar, em termos de recursos, as atividades essenciais ao ambiente acadêmico. Essa questão teve como objetivo a mensuração da aceitação cultural desse tipo de estrutura no ambiente acadêmico de caráter público.

Vale ressaltar, conforme levantado no referencial teórico, que existem duas correntes de pensamento na questão da sustentabilidade das Universidades Públicas, uma contrária a inserção de recursos de terceiros na gestão dessas e a outra a favor. Considerando a hipótese da não aceitação dos *endowments* pelos egressos do curso de economia, coerente, portanto, com a segunda corrente, a pergunta 1 abordou a inserção do fundo patrimonial no Centro Sócio Econômico (CSE), não somente ao curso de economia, devido ao modelo proposto ser considerado como adaptável a diferentes estruturas institucionais, e a percepção de que a integração entre os cursos do CSE poderia alavancar o poder de captação e expansão dos benefícios. Os resultados obtidos podem ser visualizados no gráfico 1.

Gráfico 1. Concordam com a existência de fundos patrimoniais mantidos por recursos oriundos de doações e patrocínios na instituição onde se graduaram.



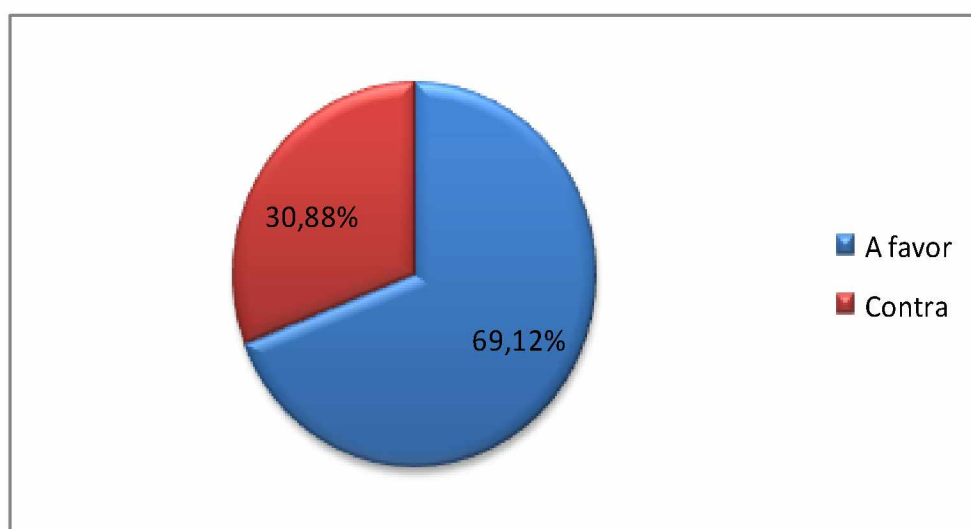
O levantamento bibliográfico apontava para uma possibilidade de baixa aceitação cultural em relação a estruturas de fundos patrimoniais no ambiente acadêmico das instituições públicas de ensino superior brasileira, seja por falta de uma legislação clara a respeito do assunto seja pelo histórico deturpado do Estado brasileiro ligado a cobrança exacerbada de impostos, históricos de corrupção e mau uso do dinheiro público (SOTTO-MAIOR, 2011). Apesar disso, conforme se apurou a proporção de egressos do curso de Economia da UFSC que concordam com a inserção de fundos patrimoniais no apoio a sustentabilidade do centro em questão é de quase 80%, o que nos leva a crer que existe a possibilidade de a aceitação cultural não ser um empecilho na implantação de uma estrutura como essa no ambiente pesquisado.

Quanto aos quase 20% que não concordam com a existência desse tipo de fundo patrimonial na entidade, supõe-se que, além da falta de previsão legal e da inexistência de incentivos fiscais, o cidadão brasileiro não está familiarizado com esse modelo de filantropia de longo prazo, devido principalmente a fatores como má administração de recursos públicos que, segundo Sotto-Maior (2011) prejudicam a credibilidade do terceiro setor. Outro motivo plausível para essa negativa, embasado na discussão entre ADUSP e POLI USP citada na nossa revisão bibliográfica, seria o temor da perda de autonomia na Universidade Pública em relação a empresas privadas, que, ao injetarem recursos na entidade, poderiam passar a ter certa influência no seu poder de decisão. A falha posteriormente constatada na aplicação da

questão 1 foi o não colhimento das justificativas daqueles que não concordam com a adoção deste tipo de modelo, questão a ser considerada em prováveis intenções de utilização da metodologia aqui aplicada em outras instituições e/ou cursos e centros.

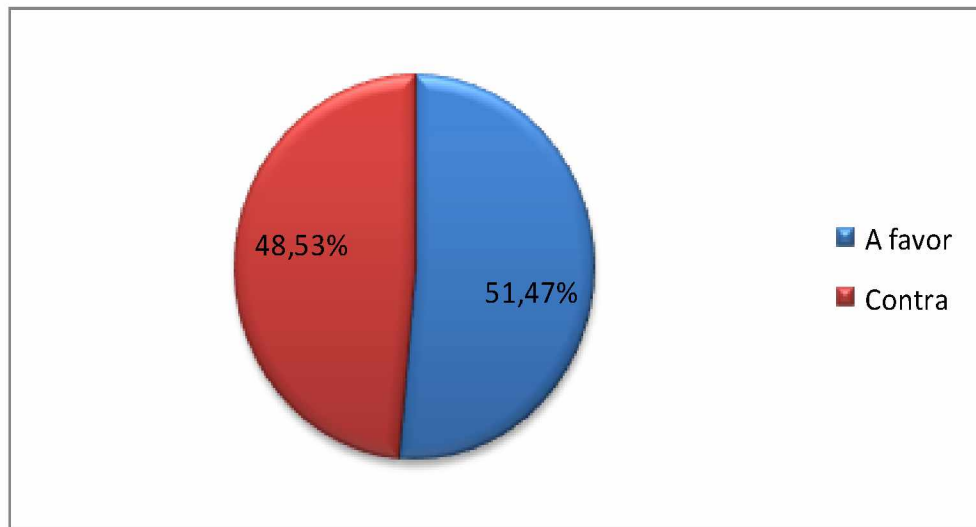
Considerando que existem diferentes estratégias de captação de recursos consideradas ideais no ambiente acadêmico, algumas voltadas para doações de alunos e egressos, outras para patrocínios de empresas (RISCAROLLI, 2007), a questão dois teve como objetivo identificar os tipos de campanhas de captação de recursos mais bem vistas pelos questionados. Para isso a questão foi dividida em três partes: a) aceitação de campanhas de doação de ex-alunos, b) aceitação de campanhas de doações de alunos e c) aceitação de campanhas voltadas para patrocínios de empresas.

Gráfico 2. Contra ou a favor as campanhas de doações de egressos.



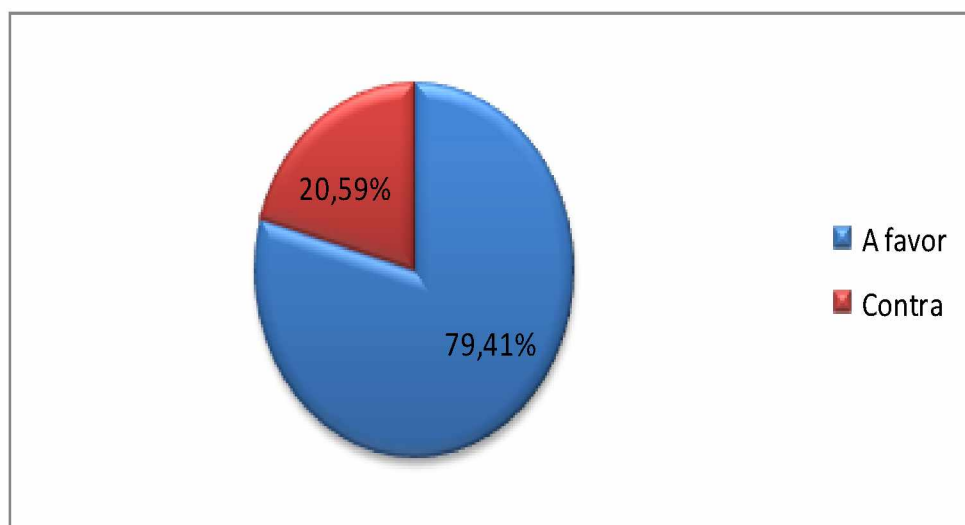
Com quase 70% de aprovação entre os participantes, a campanha com foco em egressos se mostra bem vista pelo público alvo. Conforme abordado no levantamento teórico, recursos oriundos de egressos de algumas universidades americanas e também da POLI USP são importante fonte de captação para seus respectivos *endowments*. A seguir segue o resultado da aceitação de campanhas focadas em alunos da instituição.

Gráfico 3. Contra ou a favor as campanhas de doações de alunos.



Com relação a este ponto houve um empate técnico entre aqueles que aprovam e reprovam campanhas focadas em doações de alunos. Entre os três tipos de campanhas pesquisadas, ou seja, campanha de doações de egressos, campanha de doações de alunos e campanhas voltadas para captação de empresas, esta, a campanha de captação de alunos foi a que apresentou a menor proporção de aceitação. Apesar da relevância em distinguir os tipos de campanha na elaboração de uma estratégia de captação de recursos eficiente, sugere-se que o modelo de *endowment* não restrinja suas fontes de recursos, tendo em vista a crença de que mesmo campanhas menos promissoras possam, mesmo que no longo prazo, ter um reflexo positivo no fundo patrimonial (RISCAROLLI, 2007). Segue a seguir o resultado das campanhas focadas em captar recursos oriundos de patrocínios empresariais.

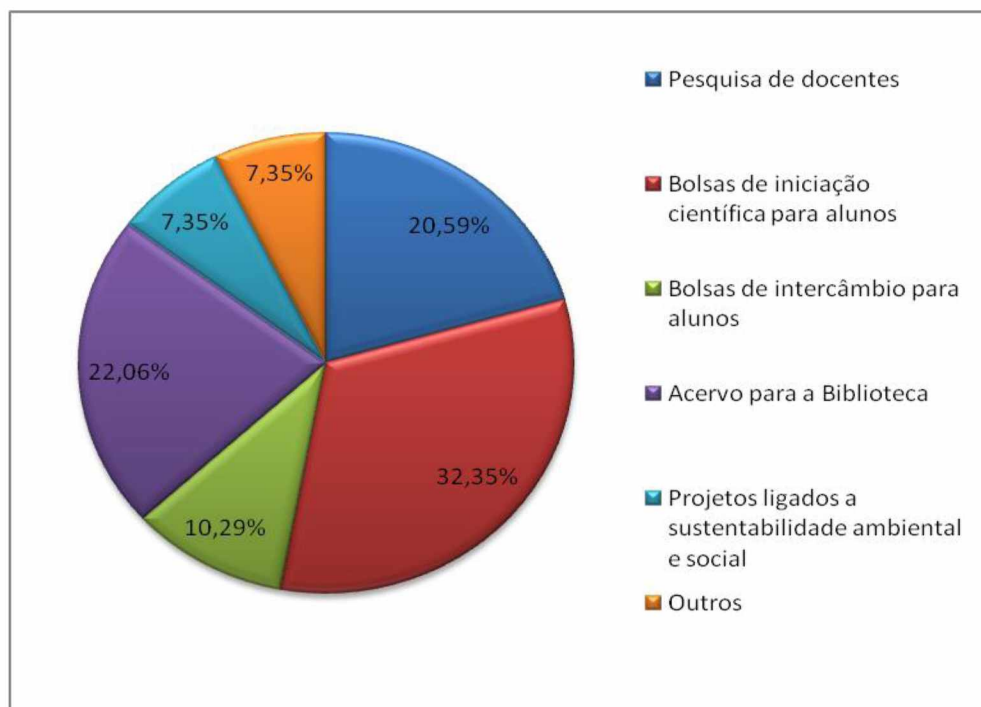
Gráfico 4. Contra ou a favor as campanhas de arrecadação através de patrocínios de empresas.



Entre os três tipos de campanhas pesquisados, a focada no patrocínio de empresas foi a que apresentou a maior aceitação entre os participantes. Os dados colhidos na questão acima mostram que as diferentes campanhas de captação de recursos têm aceitações distintas. Fazendo o teste de hipóteses para diferenças de proporções, verificou-se que a campanha de doação de alunos é distinta das demais com 99% de confiança. Já as campanhas focadas em egressos e patrocínios de empresas somente poderão ser consideradas como diferentes a um grau de confiança igual ou inferior a 76,6%. Como dito, esse tipo de mensuração tem relevância, pois ao iniciar o projeto de captação de recursos a instituição deve focar em uma estratégia específica (RISCAROLLI, 2007).

Conforme discutido no levantamento teórico, um dos principais determinantes dos *endowments* é a relevância de suas causas, ou seja, como e onde serão aplicados os recursos captados, por isso, buscou-se levantar junto aos pesquisados as causas consideradas de maior importância no ambiente acadêmico em questão. A fim de obter uma escala de relevância das causas, foi pedido aos questionados que enumerassem de 1 a 6 as opções, por ordem de importância, considerando o número 1 como a causa considerada mais importante e o número 6 a causa de menor importância. Desse questionamento, obtivemos a seguinte situação:

Gráfico 5. Causas consideradas mais relevantes para captação de recursos.



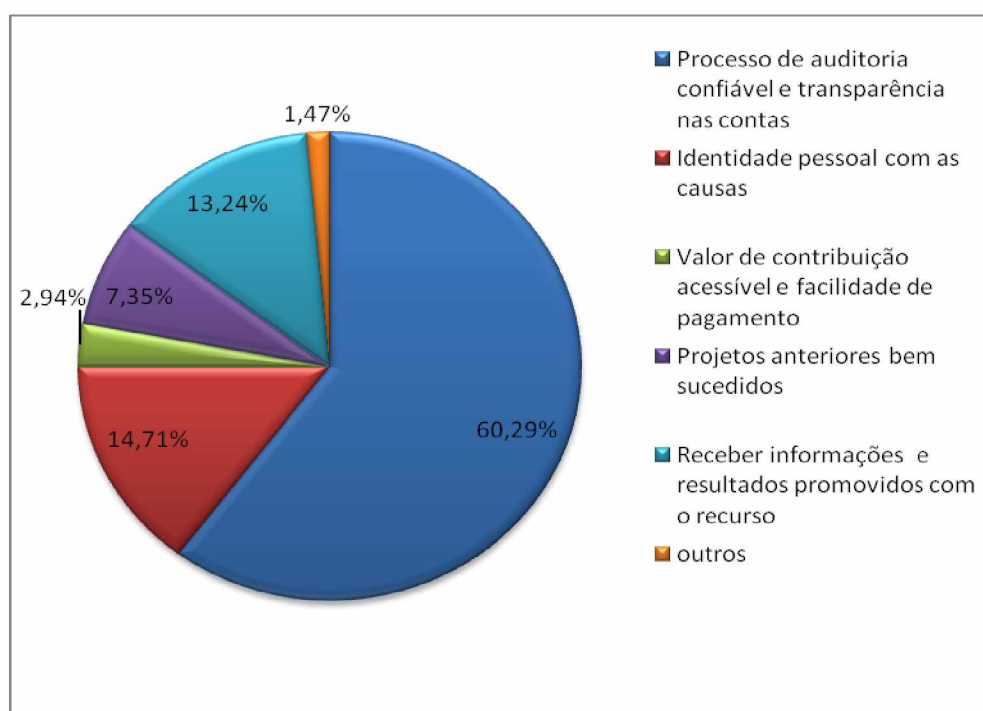
Verificou-se, ao analisar essa questão, um destaque para a importância dada ao financiamento de bolsas de iniciação científica para alunos, que, assinalado por 32,35% dos entrevistados, revelou-se a causa mais relevante, seguido por aquisição de acervo para biblioteca, com 22,06% e financiamento de pesquisa de docentes, com 20,59%. O resultado se mostra interessante, pois o levantamento bibliográfico do presente trabalho aponta para importância de atividades ligadas a Universidade que possam impactar direta e positivamente na sociedade que a cerca (MOISEICHYK, 2001). Estímulos à pesquisa de docentes e bolsas de iniciação científica para alunos poderiam desempenhar tal papel. Outro destaque foi a importância dada a aquisição de mais acervo para a biblioteca.

A fim de verificar o grau de dependência entre a questão um e três, foi aplicado o teste qui-quadrado de independência. O objetivo específico seria verificar se a aceitação deste tipo de estrutura entre os egressos do curso de economia teria associação com as causas de captação de recursos consideradas mais importantes. Adotando nível de significância de 5%, o teste permite aceitar a hipótese nula, ou seja, as duas variáveis se mostraram independentes de acordo com o teste. Tal resultado poderia ser explicado por não existir domínio absoluto de alguma causa específica considerada relevante, considera-se, então, que todas as finalidades levantadas na questão têm grau considerável de importância. A fim de ter um parâmetro mais claro, verificou-se que para rejeição da hipótese nula a um nível de significância de 5% seria

necessária a superioridade de uma classe específica em um valor mínimo, em termos de frequência, de 55%.

Assim, conforme discutido anteriormente, o mérito da instituição em relação a captação de recursos está ligado diretamente a sua imagem perante a sociedade, ou seja, aquilo que ela faz com os recursos captados, porém algumas contrapartidas em relação aos doadores e patrocinadores devem ser cumpridas, pois, obviamente, alguns fatores são considerados essenciais para que o doador tome a decisão de direcionar recursos para certas entidades (FORD FOUNDATION, 2001). Nesse sentido, a questão quatro ilustrada a seguir, teve como objetivo mensurar, por ordem de importância, quais são as contrapartidas de maior importância consideradas pelo público alvo na decisão de doação. A partir disso obter-se-iam os pré-requisitos básicos para a proposição de um modelo mais consistente.

Gráfico 6. Contrapartidas consideradas mais importantes na decisão de doação.



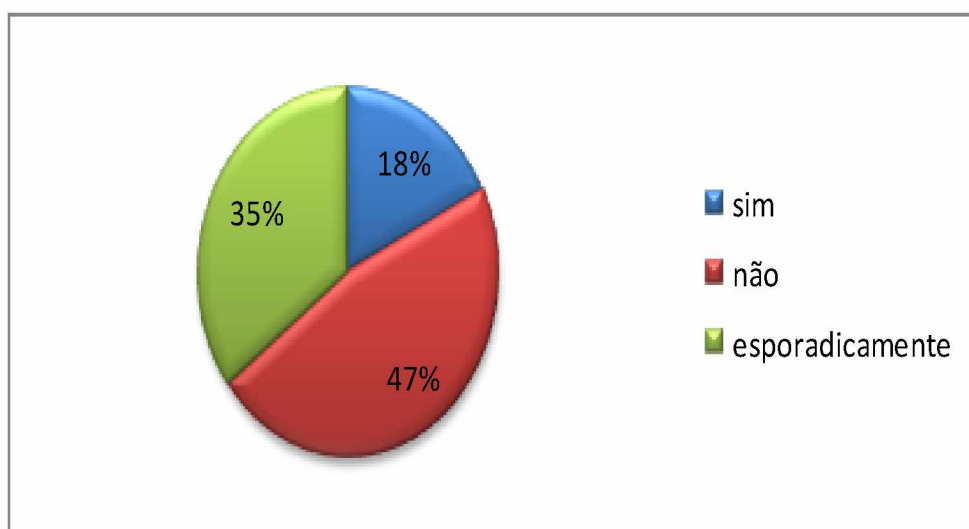
A partir dos resultados do gráfico acima, nota-se que a grande maioria dos entrevistados, cerca de 60%, assinalou como fator mais importante na hora de tomar a decisão de doar a existência de um processo de auditoria confiável e transparência nas contas, seguida pela identidade pessoal com as causas, com 14,71% e o recebimento constante de informações e resultados promovidos com os recursos, com 13,24%. Conforme já levantado por Sotto-Maior (2011), o próprio histórico do Estado brasileiro ligado a casos de corrupção e mau uso do dinheiro público podem ser o motivo de a maioria dos entrevistados considerarem a

transparência do processo como a contrapartida mais importante na hora de tomar a decisão de doar.

Alinhado a esse contexto buscou-se verificar, através do teste qui-quadrado de independência, se existia associação entre as variáveis segundo as respostas colhidas na questão um e quatro, ou seja, procurando testar se existia ou não uma dependência da aceitação cultural com as contrapartidas consideradas mais importantes pelos entrevistados na tomada de decisão de doar. As variáveis demonstraram um alto grau de dependência, adotando um nível de significância de 2,5%, rejeita-se a hipótese nula, evidenciando associação entre a aceitação da estrutura em questão e as contrapartidas consideradas mais importantes nas respostas. Do resultado do teste, portanto, pode-se subentender que a inserção de um processo de auditoria confiável, que garanta a transparência nas prestações de contas do fundo patrimonial, é um fator que deve ser levado em consideração, não só por parecer atrair potenciais doadores, mas também por parecer influenciar na aceitação da comunidade acadêmica. Evidentemente, é igualmente necessário um mecanismo que possibilite o acompanhamento, por parte de quem doou, do destino do recurso doado.

Conforme verificado na discussão do capítulo 2, existe maior estímulo à formação de fundos patrimoniais voltados para causas específicas em países onde a legislação é bem definida em relação ao terceiro setor. Alinhado a esse contexto, e à notória falta de incentivos legais que propiciam um crescimento maior do terceiro setor brasileiro (SOTTO-MAIOR, 2011) buscou-se verificar na questão 5, a seguir, a proporção dos ex-alunos de Economia da UFSC que costumam fazer doações à instituições do terceiro setor.

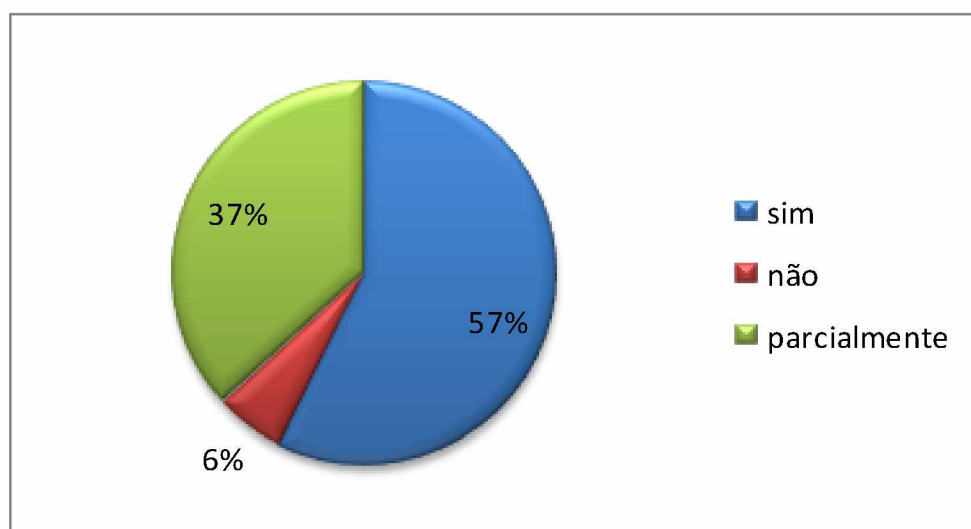
Gráfico 7. Costumam fazer doações a instituições do terceiro setor.



As respostas apontaram que quase metade, 47 % dos entrevistados, não costuma fazer doações a instituições do terceiro setor, portanto, é plausível afirmar que praticamente metade dos questionados está inserida como doadores no terceiro setor, nem que seja de maneira esporádica. Este é um dado relevante, pois se considera que existe maior propensão de arrecadação entre as pessoas já acostumadas a fazer algum tipo de doação.

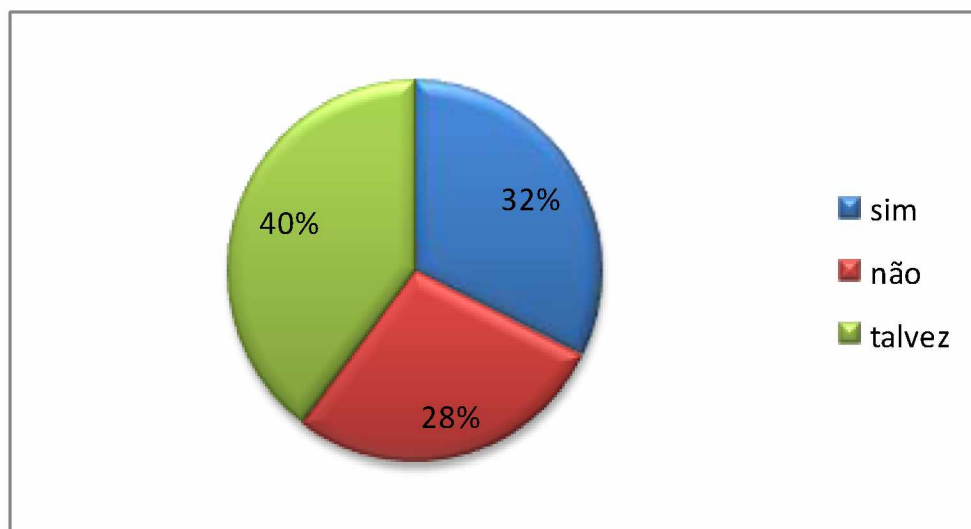
Por sua vez, a questão seis foi dividida em quatro perguntas distintas, porém complementares ao seu propósito. O conjunto de questões teve como objetivo específico conhecer a propensão dos egressos a participarem de campanhas de doação para o curso de Economia da UFSC. A primeira das perguntas buscou estimar a proporção dos egressos que são gratos à instituição onde se graduaram.

Gráfico 8. Possuem sentimento de gratidão à Universidade em relação à atual colocação profissional e social.



O resultado acima mostra que a maioria dos entrevistados, nem que seja parcialmente, tem sentimento de gratidão pelo curso de Economia da UFSC dada sua atual colocação profissional e social. O resultado encontrado pode ser um aspecto positivo na mensuração do potencial de captação de recursos em campanhas voltadas para egressos. A fim de perceber qual seria a possibilidade da captar recursos atualmente no ambiente em questão, a questão seguinte abordou de maneira direta se os entrevistados participariam ou não de uma campanha de doação para a Instituição Superior onde se graduaram.

Gráfico 9. Egressos que participariam de uma eventual campanha de levantamento de recursos para a instituição onde se graduaram.

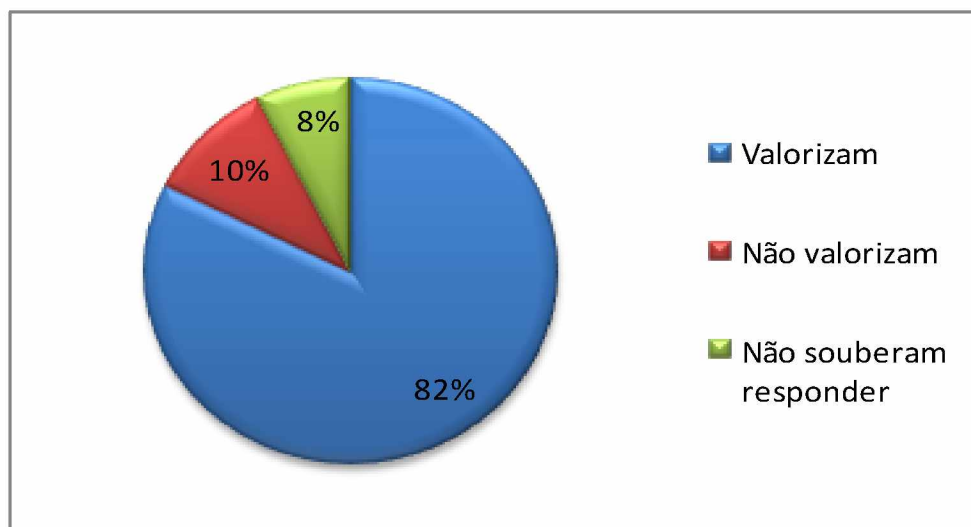


Os dados ilustrados acima mostram uma propensão considerável dos ex-alunos em participarem de uma campanha de doação, o que pode ser reflexo do alto índice de reconhecimento demonstrado pelos ex-alunos de Economia da UFSC, já que 32 % dos entrevistados afirmaram que participariam de uma campanha de levantamento de recursos para a instituição onde se graduaram e 40 % deles declararam que talvez participassem. Pode-se concluir que há um potencial de captação considerável no ambiente em questão, no entanto seria necessário um entendimento maior das condicionantes daqueles que declararam que talvez participassem.

Uma das falhas posteriormente percebida foi o fato de não termos colhido as condicionantes dos entrevistados que assinalaram que talvez participassem deste tipo de campanha. Deduz-se que essa considerável quantidade daqueles que declararam que talvez participassem pode ser devido a uma série de condições levadas em consideração pelo potencial doador antes de tomar a decisão de doar, tais como: a) o real mérito da instituição; b) a maneira como vai ser conduzido o processo; c) a transparência deste e d) outros fatores essenciais que um potencial doador pode querer levar em consideração.

Alinhando a ideia de propensão a doar ao contexto de responsabilidade social, os dois últimos itens da questão seis, ilustrados a seguir, serviram para quantificar tal característica considerada de grande importância na opinião dos participantes quando se trata do assunto.

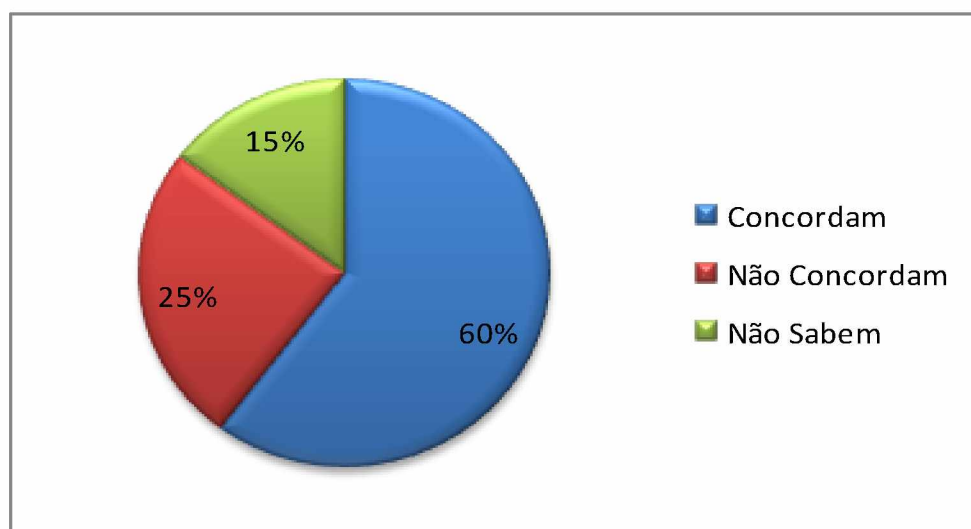
Gráfico 10. Valorizam empresas que investem recursos nas instituições de ensino superior.



No ambiente corporativo estão inseridas empresas pertencentes ao terceiro setor, estas empresas socialmente responsáveis acabam sendo incentivadoras de projetos sustentáveis e podem refletir em algum benefício para a sociedade, conseqüentemente atitudes socialmente responsáveis podem refletir positivamente na imagem da empresa (MELO NETO, 1999). Nesse contexto foi verificado que no ambiente em questão, a grande maioria dos entrevistados, cerca de 80%, afirmou valorizar empresas que investem recursos nas instituições de ensino superior, confirmando assim a tese acima dentro do contexto pesquisado.

Considerando a existência de uma corrente literária que advoga contra qualquer tipo de inserção do capital privado nas Universidades públicas, assim como Brito Cruz (2011) e Chauí (1999), a questão seguinte teve como objetivo específico verificar o nível de aceitação da divulgação de marcas de empresas doadoras no ambiente acadêmico em questão. Os resultados podem ser observados no gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11. Concordam que as empresas que investem recursos na Universidade tenham sua marca divulgada em retribuição ao patrocínio.



Conforme apresentado, 60% dos entrevistados concordam que estas tenham sua marca divulgada em retribuição ao patrocínio, número que pode ser considerado baixo tendo em vista que 82% dos mesmos entrevistados valorizam as empresas doadoras. Tal diferença pode estar ligada à questão da autonomia das universidades públicas. Conforme já mencionado neste trabalho existe uma corrente de pensamento contra a inserção do capital privado nas instituições educacionais públicas (CHAUÍ, 1999). Para alguns críticos de fundos patrimoniais no ambiente acadêmico, empresas doadoras ou patrocinadoras poderiam pressionar as universidades para a execução de projetos que as beneficiassem financeiramente (ADUSP, 2012).

Enfim, no contexto geral, o questionário aplicado apontou positivamente para muitos aspectos no que se refere à implantação de um fundo patrimonial no curso de Economia da UFSC. A aceitação cultural não se mostrou um possível empecilho, e esses dados levam a crer que existe uma propensão considerável de ex-alunos a participarem de campanhas de doação para o curso. Obviamente, os aspectos positivos aqui levantados estão associados a uma série de condicionantes ligados às características que esse fundo patrimonial deveria ter, como transparência no processo e causas relevantes na destinação dos recursos captados. Assim embasados, o próximo capítulo visa fornecer os primeiros passos para adoção do modelo proposto no curso de economia da UFSC.

4. PROPOSIÇÃO DO MODELO

O levantamento das informações e dados pesquisados mostrou que os *endowments* como meio de financiamento a causas específicas, principalmente no meio acadêmico, são um campo quase inexplorado pelas instituições brasileiras (SOTTO-MAIOR, 2011). Desse modo, o presente capítulo explora mais especificamente o objetivo do trabalho, que é contribuir para uma futura implantação de um fundo patrimonial no curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que, dentro das limitações da pesquisa, o projeto aparenta ser viável.

No Brasil já existem alguns exemplos de entidades que arcaram com os custos de estruturação, adotando tal modelo inspirados em exemplos internacionais (SOTTO-MAIOR, 2011). Trata-se de uma estrutura que pode ser uma alternativa aos obstáculos envolvidos na questão da sustentabilidade das Universidades Públicas e até mesmo de outros tipos de instituições. A partir da pesquisa realizada, alguns requisitos para adoção de um modelo como este se mostraram de grande relevância. A próxima seção do trabalho visa o levantamento dos pré-requisitos constatados pelo autor para a implantação de um *endowment* no curso de economia da UFSC, no entanto, vale ressaltar o caráter exploratório e incipiente desta pesquisa, ou seja, estudos complementares e mais aprofundados são recomendados para a concepção final e consequente adoção do modelo.

4.1 Requisitos

Esta seção visa o levantamento das principais características consideradas essenciais para implementação de um *endowment* no curso de Economia da UFSC. O estudo visa atender uma demanda parcial de um projeto considerado ideal para a adoção de um modelo de captação de recurso em apoio a esta unidade acadêmica.

Há uma série de razões, tanto financeiras como organizacionais, para criação de um fundo patrimonial em determinadas instituições (FORD FOUNDATION, 2001). Financeiramente, a formação do *endowment* pode, por exemplo, proporcionar uma base de recursos capaz de ajudar nas necessidades de aumento de receitas da instituição, reduzindo a dependência de uma única fonte de recursos. Não significa que o Governo Federal deixaria de ser a principal fonte de recursos, mas pode ser que o fundo patrimonial permita a expansão de atividades consideradas essenciais pela comunidade acadêmica.

No quesito organizacional, o fundo patrimonial pode adquirir o sentido de perpetuidade, que acaba fortalecendo a instituição, e isso lhe gera maior visibilidade, o que é essencial para a instituição atingir os objetivos de captação de recursos alternativos (FORD FOUNDATION, 2001). O próprio fundo patrimonial acaba atuando como catalisador para a própria unidade acadêmica, agindo como um mecanismo eficaz para alavancar o apoio de potenciais doadores (FORD FOUNDATION, 2001).

As informações levantadas na pesquisa bibliográfica em conjunto com os dados colhidos e analisados no capítulo anterior permitiram a identificação de apenas algumas das medidas que teriam que ser adotadas pelo órgão responsável pela criação do modelo proposto no presente trabalho. Um projeto desta proporção exige um cumprimento de diversas etapas, sendo desenvolvido coletivamente pela comunidade acadêmica interessada e com uma abrangência de longo prazo.

Devido às características relacionadas aos *endowments*, a adoção de um modelo como este no referido curso exige uma mobilização de grande parte da comunidade acadêmica, portanto, é necessário um tempo mínimo de maturação da ideia no ambiente em questão. A aceitação e mobilização em pró da causa por membros da administração, professores, alunos e egressos é apenas parte inicial do processo necessário para a formação de um órgão capaz de administrar um fundo patrimonial voltado para expansão das atividades da instituição. A proposição deste modelo para o curso de Economia da UFSC pode funcionar como uma maneira de colaborar com a maturação desta ideia no ambiente em questão.

A existência de diretrizes institucionais claras é a primeira característica considerada essencial na implantação de um fundo *endowment*, tanto no curso de Economia da UFSC como em outras instituições (RISCAROLLI, 2007). Um fundo patrimonial tem como um dos principais objetivos a preservação de seu patrimônio pela perpetuidade, por isso ele deve ter a aderência da alta administração da instituição. Além disso, as características e regras da

estrutura formada em apoio ao curso devem estar alinhadas permanentemente aos fins da instituição e não a gestões passageiras ou interesses pessoais (RISCAROLLI, 2007).

No Brasil, uma organização sem fins lucrativos pode assumir duas formas jurídicas distintas: associação ou fundação. O *Endowment* da Escola Politécnica, por exemplo, foi constituído sob a forma de associação, com obrigação de tornar-se fundação ao atingir um patrimônio de R\$ 50 milhões, para que passe a ser supervisionado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (ADUSP, 2012). Conforme descrito no capítulo 2, esta associação é composta por membros de diversas áreas ligadas a instituição, o que nos levou a considerar importante para a viabilidade de um projeto no curso de Economia da UFSC uma mobilização e integração entre toda a comunidade acadêmica.

Admitindo a possibilidade da formação de uma associação representativa dentro do curso de economia da UFSC, capaz de gerir um fundo patrimonial transparente, que seja voltado expansão das atividades essenciais a um curso de qualidade, o órgão deve se preparar previamente para captar recursos. A formação de um *endowment* em uma unidade acadêmica somente faz sentido se compreender a causas consideradas relevantes para a comunidade acadêmica (SOTTO-MAIOR, 2011). No contexto da presente pesquisa verificaram-se algumas causas consideradas de grande importância para os ex-alunos do curso de economia da UFSC, tais como o financiamento de bolsas de iniciação científica para alunos da graduação, o apoio a pesquisas de docentes e aquisição de acervo para a biblioteca.

Para alinhar os objetivos do fundo patrimonial almejado aos objetivos da unidade acadêmica, considera-se plausível a formação de um conselho, de preferência composto por professores, servidores, alunos, ex-alunos e até mesmo os doadores, que possa intervir e opinar de maneira regrada e democrática (EEP, 2012). Esse conselho deve orientar o órgão responsável pelo *endowment* quanto aos objetivos que se pretende alcançar. Bem definidos os objetivos, as causas e as características que a instituição pretende tomar, pode-se pensar nas estratégias de captação de recursos.

Alinhar os objetivos do *endowment* aos da instituição é uma questão central, pois o foco de captação passará a convergir para os objetivos institucionais. (RISCAROLLI, 2007). Se a estratégia de captação focar em doações de ex-alunos, será executada de determinada maneira, porém, se o foco estratégico for campanha de recursos oriundos de patrocínios de empresas, a estratégia será outra. Segundo nossa pesquisa de campo, campanhas voltadas para captação de patrocínio de empresas tenderiam a ter maior aceitação da comunidade acadêmica

em questão, no entanto, os resultados também apontam para um potencial de captação a ser explorado em relação aos egressos do curso.

O presente trabalho coloca a estrutura em questão como proposição ao curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, sem deixar de reconhecer como ideal a expansão para um projeto que englobe todo o Centro Sócio Econômico da Universidade. Uma integração entre os cursos geraria uma capacidade muito maior de alavancar recursos, o que pode ter suas consequências intuitivamente vislumbradas se considerar que o acúmulo de esforços e recursos, no contexto de captação e mercado de capitais, respectivamente, é característica que tende a propiciar melhores resultados do que se essas unidades acadêmicas agissem isoladamente.

Um projeto voltado para adoção do modelo proposto deve abranger certas práticas essenciais que devem ser implementadas previamente a efetivação da estrutura. Por exemplo, ao tentar contato com os ex-alunos do curso de economia na preparação da pesquisa de campo deste trabalho, verificou-se que o departamento do curso de economia possui uma base de dados de seus ex-alunos, porém em sua maior parte desatualizada. Considera-se importante para colocação dessa proposição em prática, que seja criado um mecanismo que propicie a manutenção de uma base de dados eficiente para este tipo de fim. Uma base de dados considerada eficiente nesta situação deveria conter informações atualizadas de seus ex-alunos, desde identificação, capacidade financeira, informações de empresas parceiras, áreas de interesse corporativo e todas as informações possíveis que um dia possa reverter-se em benefício para a comunidade acadêmica.

Diante da dificuldade de afetar estruturas administrativas já formadas na instituição, seria interessante que a associação responsável pelo *endowment* criasse um órgão específico para trabalhar na integração entre comunidade acadêmica e sociedade que a cerca. Este órgão deveria trabalhar na manutenção de um canal de relacionamento ativo entre ex-alunos, instituição e empresas. Nesse contexto de envolvimento e integração entre comunidade acadêmica e sociedade, informações organizadas daquilo que se refere à instituição se mostra como primordial na fase inicial de um projeto de criação de um fundo patrimonial.

Para colocar a ideia em prática, seria necessário não só a organização de informações de terceiros em uma base de dados adequada, mas também manter os mesmos atualizados e disponíveis para pesquisas, dados como: infraestrutura, funções e nomes, núcleos de competências, pesquisas realizadas e seus resultados, pesquisas em andamento, área destas pesquisas, enfim, dados que podem ser pertinentes a potenciais doadores (RISCAROLLI,

2007). A ocorrência de uma organização destas informações somada a uma mobilização acadêmica representaria um grande avanço no sentido de viabilizar a adoção do modelo proposto.

Tanto a pesquisa de campo aqui explorada como o levantamento bibliográfico apontou o fato de que para uma instituição possuir êxito em seu fundo patrimonial não adianta apenas estruturar-se, ter pessoas trabalhando na captação de recursos ou ter uma base de dados adequada para tal, já que o fator mais importante e condicionante de sucesso está ligado ao mérito da instituição (KOTLER e FOX, 1995). As competências da instituição são determinantes para o êxito ou não na formação de um fundo patrimonial.

Normalmente a forma mais usual de unidades acadêmicas demonstrarem competência é por meio de seus programas de pesquisas, desenvolvimento e excelência acadêmica. Tais programas terão maior impacto no contexto da proposição do modelo, caso mostrarem resultados que se revelem efetivamente benéficos para toda a comunidade. Divulgar como e qual o retorno que vem dando a sociedade ou comunidade, e sob quais formas, fortalecerá o projeto (RISCAROLLI, 2007).

Outro fator importante está ligado à qualidade do curso oferecido. Isto pode ser medido não só pela qualidade das pesquisas ali desenvolvidas, mas também, pela forma como os graduados do curso de Economia são incorporados ao mercado de trabalho. No contexto de captação de patrocínios de empresas esse fator qualitativo pode ser um determinante, ou seja, tudo que possa impactar na imagem da instituição acaba refletindo diretamente na capacidade que esta tem de captar recursos junto a doadores e patrocinadores (KOTLER e FOX, 1995).

Outro aspecto importante a ser considerado pela equipe que se responsabilizar pela administração do *endowment* é a necessidade de um serviço de divulgação de suas atividades e das atividades da instituição. De preferência, o *endowment* deve possuir um canal de comunicação ativo e bem estruturado, que faça as informações relacionadas ao curso de economia da UFSC serem conhecidas pela comunidade acadêmica e a sociedade que a cerca. Sem ter o conhecimento certo do que a instituição fez ou faz dificilmente os doadores terão uma percepção positiva acerca do mérito da entidade.

Essa comunicação e integração de todos que envolvem a instituição será uma forma de marketing. A partir daí, daquilo que já foi feito e divulgado, a unidade acadêmica poderá aumentar sua credibilidade, tanto para conquistar novos recursos como para divulgar quais serão os próximos projetos. Seria interessante, assim como foi feito na pesquisa de campo aqui implementada, uma mensuração periódica das principais finalidades que deveriam ser

dadas aos rendimentos dos recursos captados, assim o conselho responsável pelo *endowment* poderia intervir e reciclar suas estratégias periodicamente.

Além do necessário conhecimento de onde estão e as informações básicas dos potenciais doadores, sejam empresas ou ex-alunos, e um serviço que informe constantemente a esses tudo o que está sendo feito o que já foi feito e que pretende ser feito, é necessária uma política de envolvimento desses potenciais doadores. Supondo uma unidade de captação formada no curso de economia, o desenvolvimento do projeto deve ser levado com total transparência, comunicando os resultados precisos do que e quanto se está arrecadando ou foi arrecadado (EEP, 2012). Isto nos induz a concluir que o cultivo de novos doadores, assim como a manutenção dos já conquistados, envolve uma intensa comunicação também dos resultados já alcançados.

No entanto, vale ressaltar que esse processo de integração e envolvimento não acontece de maneira repentina. Deve ser trabalhado pacientemente e de maneira gradual (RISCAROLLI, 2007). O potencial doador deve conhecer bem a instituição, compartilhar dos objetivos propostos pelo *endowment* e concordar com maneira como é conduzido todo o processo (SOTTO-MAIOR, 2011).

Conforme levantado na aplicação do questionário, a transparência no processo é uma das características importantes para estruturar um fundo patrimonial no curso de Economia da UFSC. A aceitação cultural da ideia mostrou-se estritamente associada ao desenvolvimento de um processo que inspire credibilidade e transparência.

Pressupõe-se que os doadores potenciais com capacidade maior de injeção de recursos no fundo patrimonial pretendido, precisam ser intensamente envolvidos e estarem comprometidos com a instituição. Para isso, é importante o envolvimento da alta administração da instituição, fazendo com que a causa ganhe credibilidade de longo prazo.

Como já dito, a elaboração inicial de um projeto de captação de recursos deve começar com a determinação das necessidades institucionais (MOISEICHYK, 2001). Necessidades institucionais são aquelas que requerem atenção imediata por parte da administração da instituição e que precisam de alocação de recursos para sua solução. Porém, vale lembrar, que não necessariamente essas necessidades imediatas são aquelas tidas como mais relevantes pelos potenciais doadores. Todos esses fatores devem ser levados em consideração na elaboração do projeto e, por isso, a unidade acadêmica deve possuir várias opções para a destinação dos recursos.

Conforme mensurado na presente pesquisa, a unidade acadêmica em questão teria maior propensão em arrecadar recursos, pelo menos se oriundos de doações de egressos, caso fossem voltados para o financiamento de bolsas de iniciação científica, apoio às pesquisas de docentes e aquisição de acervo para biblioteca. Ao mesmo tempo, verificou-se maior aceitação em campanhas de captação de patrocínios de empresas em relação a outros tipos de campanhas. Assim, seria interessante a instituição promover um levantamento dos dados relacionados ao ambiente corporativo de Santa Catarina, a fim de verificar se as potenciais empresas doadoras colocariam como causas e contrapartidas mais relevantes as mesmas consideradas na pesquisa de campo aplicada aos ex-alunos.

Também se buscou verificar no presente trabalho a forma de captação mais bem aceita no ambiente em questão. Como já dito, a campanha de patrocínios de empresas demonstrou ter melhor aceitação, porém, subtende-se que um projeto elaborado de forma adequada deve especificar suas necessidades de recursos, mas não serem fechados em relação às suas formas de doação (RISCAROLLI, 2007). É também relevante que os projetos definidos sejam levados até o final, ou seja, até que todos os objetivos propostos sejam alcançados. Para um fundo patrimonial alcançar êxito, os potenciais doadores deverão associar a unidade acadêmica a projetos realizados e “vencedores” (RISCAROLLI, 2007). A partir disso, depreende-se que doar recursos a alguma entidade que possui diversos históricos de “fracasso” em suas campanhas não seja muito interessante. A fim de evitar erros e ineficiências e de passar um sentimento de confiança ao potencial doador, o desempenho do *endowment* e suas causas devem ser constantemente avaliados.

Enfim, podem ser levantadas algumas possíveis dificuldades que serão mais bem discutidas na próxima seção do trabalho, porém, na presente pesquisa não se verificaram motivos que impossibilitassem a criação de uma estrutura de fundo patrimonial dentro do curso de economia da UFSC em auxílio ao financiamento das atividades relevantes para a comunidade acadêmica. Portanto, cabe a comunidade acadêmica e principalmente os interessados, a mobilização para viabilização da proposta. Algumas experiências no Brasil começam a mostrar que é possível a implantação deste tipo de estrutura, não só no ambiente acadêmico, tal como é feito nos EUA, como também em outros tipos de instituições.

4.2 Dificuldades

O presente estudo revelou que a possibilidade de implantação de um *endowment* no curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina existe. No entanto, ressalva-se que não só para o ambiente em questão, mas para outras instituições brasileiras que pretendem se estruturar dessa maneira, há uma série de entraves que precisariam ser superados.

Pode-se citar, conforme já discutido, a falta de uma legislação específica para fundos patrimoniais no Brasil como um dos motivos de disparidade entre a realidade das instituições brasileiras e instituições norte-americanas, onde esta prática é bastante difundida e existem exemplos bem sucedidos (SOTTO-MAIOR, 2011). Esse atraso não é só característica de nosso país, muitos outros países ainda não desenvolveram uma legislação de fato abrangente quanto ao tema (DEGENSZAJN, 2012).

Acredita-se que se a legislação brasileira definisse de maneira clara ao menos os conceitos, regras e características dos fundos patrimoniais, tal estrutura passaria a ser cogitada com mais frequência e credibilidade pelas instituições. No atual contexto brasileiro, caso a unidade acadêmica em questão, ou outras instituições, decidissem implantar um *endowment* como forma de complementar seus recursos, estes teriam de arcar com altos custos, atrelados à definição de regras, estatutos e contratos (SOTTO-MAIOR, 2011). Em muitos casos, esse custo inicial, que poderia ser evitado com uma evolução legislativa do país, pode ser um empecilho quanto à viabilidade da implantação da estrutura.

A necessidade da evolução legislativa não está correlacionada somente às características e regras dos fundos patrimoniais. O contexto de *endowments* está estritamente relacionado à evolução do terceiro setor. Conforme se discutiu anteriormente, a legislação brasileira também é carente na abrangência das leis do terceiro setor (DEGENSZAJN, 2012).

Outra dificuldade detectada também está atrelada a aspectos estruturais, pois é identificada na literatura a necessidade de uma reforma tributária no Brasil para avanços no setor, além da questão da falta de incentivos fiscais a instituições com finalidades sociais e também educacionais, onde caso solucionado poderiam impulsionar muitas instituições com capacidade de ação social como também atrair grandes doadores potenciais (SOTTO-MAIOR, 2011). Os doadores e patrocinadores poderiam, através desses incentivos fiscais, fomentarem a cultura de doação a projetos sociais e educacionais (SOTTO-MAIOR, 2011).

Outro ponto a ser superado envolve a questão cultural. No Brasil, a cultura de doação para entidades educacionais praticamente inexistente (MOISEICHYK, 2001). Talvez a carga tributária que recai sobre os contribuintes faça com que o cidadão se coloque no papel de mero espectador, ou seja, esperando uma ação por parte do governo, ou seja, que ele satisfaça todas as necessidades das instituições públicas (RISCAROLLI, 2007). O presente trabalho não isenta o governo de suas obrigações, mas crê que mais verbas deveriam ser destinadas à educação no país. No entanto, vislumbra como necessário um pacto social, envolvendo comunidade acadêmica, ex-alunos, alunos e ambiente corporativo, pois entende que um envolvimento maior da sociedade seria valioso para o desenvolvimento das instituições de ensino superior no Brasil, o que geraria externalidades positivas à comunidade que as cercam.

O *endowment*, como alternativa à complementação de recursos na unidade acadêmica, necessita de uma imagem de credibilidade, ligada à transparência e à isenção, pois é preciso que os doadores confiem que os recursos doados serão bem administrados e conservados na perpetuidade (FORD FOUNDATION, 2001). O governo é capaz de facilitar esse processo através de uma legislação mais clara, alinhada à realidade e às necessidades do país, por isso seria importante o levantamento do assunto na esfera do poder legislativo.

Conclui-se dessas dificuldades que pode existir no Brasil uma demanda reprimida de entidades interessadas no desenvolvimento de seus *endowments*, porém, que esbarram em alguma das dificuldades relacionadas ao tema (SOTTO-MAIOR, 2011). Uma popularização do assunto e aderência de novas instituições pode ajudar, no sentido de serem resolvidos alguns entraves aqui levantados. No capítulo seguinte serão levantadas as principais conclusões pertinentes à proposição do modelo, assim como algumas sugestões de pesquisas e apontadas as limitações do presente estudo.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Finalmente apresentamos as conclusões decorrentes da investigação realizada em função dos objetivos definidos para a pesquisa. Algumas sugestões e recomendações também são apontadas a fim de gerar subsídio para novas pesquisas no contexto da captação de recursos alternativos nas unidades acadêmicas de ensino superior.

5.1 Conclusões

A pesquisa nos levou a constatar que já existe no Brasil uma discussão sobre a necessidade de se buscar alternativas para o aumento de receitas em alguns cursos de ensino superior oferecidos pelas universidades públicas (SOTTO-MAIOR, 2011). Muitas instituições de ensino superior consideram insuficientes os recursos que recebem para o financiamento de todas as atividades consideradas essenciais para o cumprimento de seus objetivos (AZEVEDO, 2012).

Nesse sentido, verificou-se em outros países, com destaque para os Estados Unidos da América, a prática da estrutura denominada *endowments*. Essas estruturas, que recebem e administram recursos, investidos de tal modo que possam sustentar financeiramente um propósito, se mostram, através de seu histórico, uma ferramenta plenamente aplicável ao meio acadêmico, posto que facilitam a integração entre comunidade acadêmica e sociedade (SOTTO-MAIOR, 2011).

No Brasil, a prática dos *endowments* voltados ao meio acadêmico ainda é pouco aplicada (SOTTO-MAIOR, 2011), haja vista que somente temos a experiência da USP, apesar do otimismo demonstrado por instituições pioneiras quanto a capacidade de inserção desta estrutura no país. Concluiu-se da presente pesquisa, considerando que a universidade sempre foi e será um instrumento de transformação da sociedade, que cabe à comunidade acadêmica a decisão de retardar ou solucionar os problemas sociais.

Cada Instituição desenvolve as próprias características e cultura, sejam elas formadas a partir de influências externas, de sua história, crenças, valores ou formuladas segundo pressupostos desenvolvidos por seus membros (MOISEICHYK, 2001). A universidade, especificamente, necessita manter uma comunicação ativa com a sociedade, a fim de que haja o fluxo esperado entre o conhecimento acadêmico e o popular com a finalidade de desenvolvimento mútuo. Assim, a importância das universidades para a sociedade e, em paralelo, a questão da limitação dos recursos destas, motivaram a investigação. Com a pesquisa o que se buscou foi um modo efetivo de afetar positivamente a cultura organizacional do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

A investigação da questão de pesquisa revelou, através do estudo dos *endowments* e o levantamento de suas características essenciais, que não se constataram fatores claros para que o curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina não utilizasse esse tipo de estrutura como ferramenta de auxílio na captação de recursos alternativos. Como o objetivo era o de avaliar a possibilidade de implantação de um fundo patrimonial em nossa unidade acadêmica formulou-se, então, a seguinte questão de pesquisa: quais os requisitos necessários para a implantação de um *endowment* no curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina?

O presente trabalho propiciou a identificação de parte das medidas que teriam que ser adotadas na implementação do modelo proposto no curso de economia da UFSC. A adoção de um *endowment* exige o cumprimento de diversas etapas, e deve ser desenvolvido coletivamente pela comunidade acadêmica interessada. Para mobilização da comunidade acadêmica, é necessário um tempo de maturação da ideia no ambiente em questão. A aceitação e mobilização em pró da causa por membros importantes da administração, professores, alunos e egressos é apenas parte inicial do processo necessário para a formação de um órgão capaz de administrar um fundo patrimonial voltado para expansão das atividades da instituição.

Ao formular hipóteses de resposta à pergunta, os objetivos específicos foram, então, identificados, e estipulou-se a necessidade de descrever as características típicas da estrutura denominada *endowment*; assim como o modelo desenvolvido no Brasil no ambiente acadêmico, ou seja, o da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Essa investigação propiciou um entendimento melhor a respeito do tema, além de mostrar que esse tipo de estratégia de sustentabilidade pode ser plenamente aplicável ao ambiente acadêmico. A inserção da Escola Politécnica da USP ao terceiro setor, através da criação de seu próprio

endowment, revelou que há, de fato, a possibilidade de outras unidades acadêmicas adotarem estrutura semelhante.

O segundo objetivo específico era conhecer o nível/grau de aceitação dos egressos do curso de Economia da UFSC em relação a recursos doados e patrocinados; a propensão dos mesmos em participar de campanhas de doação; assim como as causas e contrapartidas mais relevantes para eles visando à formação de um fundo patrimonial no curso de Economia da UFSC. Este estudo indicou uma provável aceitação cultural dos egressos, caso o referido curso superior decidisse adotar um modelo de captação de recursos alternativos. O questionário, instrumento da investigação empírica, apontou também uma boa propensão à captação de recursos oriundos de egressos, ressaltando o fato de que campanhas de captação focadas em patrocínios de empresas se mostraram bem vistas pelos entrevistados. Ressalta-se ainda para a relevância dada pelos egressos à determinadas causas de campanhas, com o destaque para o financiamento de bolsas de iniciação científica para alunos, e ainda, como contrapartida exigida, a exigência de um processo confiável e transparente.

Conforme já mencionado na proposição do modelo, apesar da conclusão de fortes indícios de viabilidade do projeto, existe a necessidade de estudos alguns complementares, assim como um projeto específico de viabilidade econômica antes da estruturação de um fundo patrimonial na unidade acadêmica. Somente uma pesquisa com este foco específico poderia verificar mais precisamente o potencial de arrecadação em termos financeiros. Também seria necessário verificar a aceitação do modelo proposto entre os alunos, professores e funcionários.

Uma vez definidos, os objetivos específicos serviram para orientar a proposição do objetivo geral do trabalho, que é o de contribuir para a solução do problema com a apresentação da possibilidade da geração de recursos alternativos para o curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina, fruto de uma orientação estratégica para a arrecadação de fundos; seguindo uma metodologia, que assegure a transparência e a eficácia do processo.

Assim, levantadas as características relacionadas aos *endowments*, consideraram-se algumas como essenciais. Com a pesquisa de campo, desenvolvida através de um questionário aplicado a ex-alunos do curso de economia da UFSC, buscou-se a melhor maneira de associar a realidade acadêmica em questão com os requisitos do modelo (i.e., os *endowments*).

Os estudos feitos não apontaram qualquer impossibilidade da adoção de um fundo patrimonial no curso de economia da UFSC. Concluiu-se que a instituição que deseja formar

seu *endowment* deve ter perspectiva de funcionamento por um longo prazo, ou seja, os recursos são voltados normalmente para instituições que estão ativas por um longo período de tempo e não possuem perspectivas de terem suas atividades terminadas. Somente instituições que possuem perspectivas de funcionamento de Longo Prazo podem alavancar um fundo patrimonial eficiente. O curso Ciências Econômicas da UFSC, criado em 1943 com o nome de Curso Superior de Administração e Finanças foi uma das entidades fundadoras da UFSC, em 1960 (SANSON E NICOLAU, 2006), logo sua relevância histórica condiciona a instituição a formar o seu *endowment*.

Todos os fatores contidos neste trabalho foram reunidos e analisados, permitindo a proposição da implantação de um *endowment* no referido curso. Nesse sentido, nossa pesquisa buscou apontar e justificar algumas medidas que seriam imprescindíveis à unidade acadêmica ao adotar o modelo proposto.

Conclui-se que em termos objetivos, podemos dizer que a referida instituição necessita tomar algumas medidas caso deseje considerar a estruturação de um fundo patrimonial próprio. Para uma estruturação desse tipo, o primeiro passo é um posicionamento claro, ou seja, uma colocação clara dos objetivos do *endowment* e a maneira como será organizado para captar recursos. O posicionamento deve considerar o que comunidade acadêmica coloca como causa mais relevante, no caso, se o projeto fosse implantado hoje, os recursos deveriam ser captados sob o argumento de apoio ao financiamento de bolsas de iniciação científica para graduação, conforme apontado pela pesquisa de campo aplicada.

Outra conclusão tirada da presente pesquisa é que não basta um posicionamento claro dos objetivos do *endowment*, é preciso uma mobilização acadêmica para a causa, envolvendo inclusive membros da alta administração do curso. O apoio massivo de alunos, ex-alunos, professores e servidores são requeridos para eficácia do modelo. Um fundo perpétuo deve ter credibilidade junto ao seu público alvo, o que seria facilitado com o envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

Considerando que a formação de um *endowment* no referido curso só faz sentido se compreender as causas consideradas relevantes para essa comunidade acadêmica, seria importante a definição de um estatuto ou regimento deste fundo patrimonial. Neste, devem ser bem definidos objetivos, causas, características, regras de resgate e política de investimentos que o *endowment* pretende tomar.

A partir de objetivos e regimento claros, o *endowment*, enfim, poderá pensar em estratégias de captação. Um procedimento prévio desse processo é um estudo de viabilidade econômica, a fim de verificar o potencial real de arrecadação do *endowment* pretendido.

Para a captação, é preciso um envolvimento prévio com os potenciais doadores, e isso exige a possibilidade de contata-los. Uma base de dados eficiente com informações completas de alunos, ex-alunos e empresas do estado de Santa Catarina é necessária e precisa ser criada pelos administradores do fundo patrimonial. Seria importante que o *endowment* mantivesse um departamento específico, com envolvimento de servidores inclusive, para trabalhar não só esta base de dados, mas também políticas que propiciem maior integração entre a instituição e a comunidade que a cerca. Foi possível perceber a partir da realização do trabalho que o envolvimento dos graduandos, através de trabalhos voluntários que auxiliassem no mapeamento de potenciais doadores ou até mesmo no contato com esses, por exemplo, seriam considerados importantes para o êxito do programa.

Chegou-se a conclusão também que as competências da instituição relacionada ao *endowment* também precisam ser construídas para implantação do referido modelo. Programas de pesquisas inovadores, por exemplo, poderiam alavancar o processo, desde que divulgados e informados. Por isso, ressalta-se a importância da criação de uma unidade específica voltada para o trabalho de integração da instituição com potenciais doadores.

Para propor o referido modelo, foram estudadas as opiniões dos egressos para a estruturação de um *endowment*, como, por exemplo, a relevância de suas causas e determinadas contrapartidas. Nesse sentido, a pesquisa de campo apontou maior identificação dos pesquisados se fossem captados recursos voltados para o financiamento de bolsas de iniciação científica para graduandos, pesquisa de docentes e aquisição de acervo para biblioteca.

Quanto às contrapartidas, concluiu-se que seria imprescindível a adoção de um processo com total transparência, desde a captação até a finalidade dos recursos, para aceitarem a estruturação de um fundo patrimonial no referido curso. Recomenda-se, então, por ocasião da implantação da ideia, a contratação de uma auditoria externa renomada e com experiência no tema, o que provavelmente alavancaria o potencial de arrecadação da instituição junto aos doadores. A pesquisa também apontou para importância do fluxo constante de informações e resultados promovidos com os recursos captados, seria importante uma divulgação online dos acontecimentos, ou até mesmo a manutenção permanente de um canal de comunicação na internet.

A aceitação cultural do referido modelo no ambiente em questão se mostrou dependente da maneira como vai ser conduzido o processo. Uma instituição que deseja adentrar ao terceiro setor deve carregar uma imagem de credibilidade e transparência, a fim de cultivar a decisão de doar de seu público alvo, além de, caso já instalado o referido modelo, manter próximos aqueles que já são doadores.

O estudo ainda propiciou o levantamento de algumas possíveis dificuldades a serem enfrentadas ao ser enfrentado o desafio de adotar a prática proposta. A questão legislativa ainda dificulta a adoção do modelo em nível nacional. As leis nacionais não abrangem com clareza a questão dos fundos patrimoniais no terceiro setor, e precisam avançar no assunto. Neste contexto, se faz necessário algum tipo de incentivo para o investidor social, uma isenção de impostos, por exemplo, poderia catalisar recursos para o terceiro setor. Uma legislação que abrangesse e regulamentasse questões ligadas a fundos patrimoniais poderia incentivar grandes instituições financeiras a prestarem os serviços, isso provavelmente facilitaria a operacionalização do modelo e a tornaria mais barata. Compreende-se que a melhor maneira de conseguir isso seja através de uma maior discussão e repercussão do assunto nas instituições nacionais, só assim o poder legislativo cogitaria mudanças quanto as leis referentes ao assunto.

Enfim, conclui-se que as medidas citadas acima assumem caráter de importância na consideração da implantação do modelo proposto. A comunidade acadêmica do curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina demonstra, ao menos no nível pesquisado, ter os requisitos necessários para considerar o modelo em questão como alternativa à complementação de seus recursos, auxiliando a instituição nos cumprimentos de seus objetivos. Porém, diante das limitações da pesquisa e da necessidade de um tempo de maturação para mobilização acadêmica na adoção de um projeto como este, uma série de recomendações para pesquisas futuras se fazem necessárias.

5.2 Recomendações

Diante da proposição defendida neste trabalho, julga-se necessário apontar algumas recomendações visando facilitar a implementação de ações que permitam a busca e alocação de recursos alternativos para a execução dos objetivos institucionais. Mais especificamente, com relação à adoção de um fundo patrimonial no curso de Economia da UFSC, os pontos recomendados são:

- a) Avaliar a viabilidade econômica deste tipo de proposta/projeto através de um estudo mais detalhado de viabilidade econômica, capaz de mensurar com relativa precisão o potencial de arrecadação de seus doadores; além da determinação dos custos para implantação do projeto.
- b) Avaliar o modelo de gestão da instituição, analisando os pontos fortes e fracos do curso de economia da UFSC como eficácia, missão programática, recursos disponíveis e estruturas, buscando identificar possíveis pontos de estrangulamento da proposta.
- c) Ampliar e replicar o estudo a partir de uma base de dados com informações mais completas dos atuais alunos, egressos e também de doadores em potencial como a iniciativa privada de Santa Catarina;
- d) Promover pesquisas voltadas para a definição das melhores estratégias e práticas de captação de recursos;
- e) Efetuar estudos de caso em outras instituições com fundos patrimoniais em vigência;
- f) Reaplicar questionários relacionados ao tema pesquisado com diferentes metodologias que auxiliem na interpretação dos resultados; assim como o uso da Teoria de Resposta ao Item e o Exercício de Preferência Revelada;
- g) Pesquisar as questões dos fundos patrimoniais e seu relacionamento com o ambiente corporativo;
- h) Elaborar pesquisas alinhadas a outras realidades que não a do ambiente acadêmico, enfocando, por exemplo, o complemento de atividades de fundações ou empresas.

Recomenda-se, acima de qualquer coisa, que na implementação efetiva do *endowment* proposto sejam levados em consideração os assuntos abordados neste trabalho, dado que este estudo preliminar indica algumas competências e necessidades internas da instituição. A conclusão desta pesquisa exploratória pode ser uma forma de fomentar a discussão sobre a possibilidade da adoção do modelo proposto no referido curso. É claro que as dificuldades a serem enfrentadas, principalmente na fase inicial de um projeto como este são grandes. No entanto, os benefícios e legados gerados podem ser de grande valia não somente para a instituição em questão, mas também para a sociedade como um todo. Espera-se que, a partir da conclusão deste trabalho, que tenha tornado mais clara a necessidade de um pacto social na busca por alternativas como esta, que viabilizem condições de melhorias tão necessárias na educação de nosso País.

6. REFERÊNCIAS

AAKER, David A; KUMAR, V; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. **Amigos da Poli e endowment concorrem por investimento privado na Politécnica**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/juridico/acoes/199>. Acesso em 07/04/2012.

ANBID – **Associação Nacional dos Bancos de Investimentos e desenvolvimento**. www.anbid.com.br, acessado em 12/02/2012.

AZEVEDO, José Carlos de. **A Universidade Pública Deve ser Paga? Ano??** Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/cogeps/vestibular/media/1998/redacao.pdf>. Acesso em 20/03/2012.

BARBETTA, Pedro Alberto, ANTONIO CESAR BORNIA e MARCELO MENEZES. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva 2000.

BRITO CRUZ, Carlos Henrique. **Em defesa da Universidade Pública ANO?**. Disponível em: <http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/oesp-18032002.pdf>. Acesso em: 15/10/2011.

CAMBRIDGE. **Dicionário Cambridge Avançado para aprendizes**. Versão 1.0 em CD-ROM multimídia. Cambridge University Press, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHAUÍ, MARILENA. **Ideologia Neoliberal e universidade**. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Orgs). **Os sentidos da Democracia Política de Dissenso e a Hegemonia Global**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

COOPER, Donald R. **Método de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Artmed Editora, 2003.

CRIPPA, Adolfo. **A Universidade**. São Paulo: Convívio, 1980.

DEGENSZAJN, André. **É possível fomentar uma cultura de *endowments* no Brasil**. 2012, disponível em <http://www.fundacaoeracoes.org.br/index.php?page=viewrevista&key=26&c=entrevistas&cid=2>

EEP. **Endowment da Escola Politécnica**. www.eepolitecnica.org.br, Último acesso: 15/05/2012.

FMCSV - **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**, www.fmcsv.org.br, Último acesso em 14/05/2012.

FABIANI, Paula. **Fundos patrimoniais e a perenização da ação filantrópica**. São Paulo: Biblioteca Idis, 2010.

FORD FOUNDATION. **A Primer for Endowment Grantmakers**. 2001, disponível em: http://www.fordfound.org/pdfs/library/primer_for_grantmakers.pdf. Acesso: 28/03/2012.

GARCIA, Fernando; HONORIO, Luiz Carlos (Org). **Administração, metodologia, organização e estratégia**. 22 ed. Brasília: Juruá, 2007.

KANITZ, Stephen. **O que é o Terceiro setor?** 2012. Disponível em: <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>. Acesso em 02/05/2012.

KISIL, Marcos. **Comunidade: Foco de Filantropia e Investimento Social Privado**. São Paulo: Global Editora, 2005, pp. 58-59.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Strategic Marketing for Educational Intitutions**. Englewood Cliffs (NJ): 1995.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. Tradução Ailton Bomfim Brandão. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MCDANIEL, Carl D. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 1999.

MOISEICHYK, Ana Elisabeth. **Universidade e Filantropia: uma combinação do estudo da cultura organizacional para inserção no terceiro setor**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, 2001.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

PEREIRA, Custodio F. de J. **Captação de Recursos**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2001.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2ª ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

RISCAROLLI, Valéria. **Estratégias de Captação de Recursos Aplicáveis à Realidade das Faculdades de Administração de Instituições de Ensino Superior Brasileiras**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Administração, 2007.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROSSO, Henry. **Achieving Excellence in Fundraising**. San Francisco, USA. Jossy Bass, 1991.

RUSSELL, Chris. *Trustee Investment Strategy for Endowments and Foundations*. West Sussex, Inglaterra: John Wiley & Sons, Ltd., 2006.

SANSON, João Rogério; NICOLAU, José Antônio. **Do ensino de Técnicas Comerciais ao Ensino de Economia em Santa Catarina**. Porto Alegre v. 17 n. 2 p. 297-312 jul./dez. 2006

SCHEIN, Edgar H. **Organizational Culture and Leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

SCHWARTZ, Howard M.; DAVIS, Stanley M. **Matching Corporate Culture and Business Strategy**. *Organizational Dynamics*. Summer, p.30-47, 1981.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. **Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3127, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

7. APÊNDICES

A) Pesquisa com ex-alunos do curso de Economia da UFSC sobre doação e patrocínio:

Dados pessoais

Nome:

Ano de Formação:

Ocupação:

Questionário

1) Universidades americanas e canadenses são mantidas por fundos financeiros alimentados por recursos oriundos de doações de ex-alunos, alunos e grandes empresas. Com base nesse modelo de captação, você concorda com a existência de um fundo mantido com recursos desse tipo dentro do centro sócio econômico da UFSC?

() sim () não

2) Para os seguintes eventos. Posicione-se a favor ou contra:

Campanha de doação de ex-alunos ----- () a favor () contra

Campanha de doação de alunos ----- () a favor () contra

Patrocínio de empresas ----- () a favor () contra

3) Enumere de 1 à 6 de acordo com o grau de importância, as seguintes causas de campanhas de levantamento de recursos para o CSE da UFSC. Coloque um para a causa que você considera mais importante e 6 para a causa de menor relevância.

Pesquisa de docentes ()

Bolsas de iniciação científica para alunos da graduação ()

Bolsas de intercâmbio internacional para alunos ()

Aquisição de Acervo para a Biblioteca ()

Projetos ligados à sustentabilidade social e ambiental ()

Outros ()

Cite: _____

4) Avalie os seguintes critérios segundo a importância atribuída para tomar a decisão de doação para um fundo de uma Universidade Pública. Enumere de 1 à 6, coloque 1 para o critério mais importante 6 para o de menor relevância.

- Transparência de contas e processo de auditoria confiável ()
- Identidade com as causas que apóio ()
- Valor de contribuição acessível e facilidade de pagamento ()
- Projetos anteriores bem sucedidos ()
- Receber informações sobre as ações e resultados promovidos com o recurso ()
- Outros () Cite: _____

5) Você costuma fazer doações a instituições do terceiro setor? (social, cultural, ambiental, educacional ou religiosa)

- () sim () não () esporadicamente

6) Avalie as seguintes afirmações segundo a concordância atribuída.

Sou grato à minha Universidade pela minha atual colocação profissional e social.

- () sim () não () parcialmente

Participaria de uma campanha de levantamento de recursos para o CSE da UFSC

- () sim () não () talvez

Valorizo as empresas que investem recursos nas instituições de ensino superior

- () sim () não () não sei

Concordo que as empresas tenham sua marca divulgada pela Universidade em retribuição ao patrocínio.

- () sim () não () não sei

8. ANEXOS

1) Pesquisa com alunos sobre doação e patrocínio

Objetivos:

- Conhecer a aceitação dos alunos em relação a recursos doados/patrocinados
- Conhecer a propensão dos alunos em participar de campanhas de doação
- Compreender as causas mais relevantes

Prazo de coleta: 05-16 de julho

Meio: Questionário online

Corpo do email:

Prezado(a) aluno(a) da FEA-USP,

Convidamos você a participar da pesquisa “Doação e patrocínio na FEAUSP”, que tem como objetivo conhecer a opinião dos estudantes em relação às campanhas de levantamento de recursos que visem a melhoria da instituição.

O questionário leva cerca de 7 minutos para ser preenchido e não há necessidade de identificação. Pedimos a devida atenção e sinceridade para aqueles que aceitarem este convite. Sua resposta pode ser dada até o próximo 16 de julho.

Os resultados da pesquisa serão divulgados por e-mail após conferência da análise pelo CAVC, prevista para agosto de 2010, e também será agendada uma apresentação com as principais conclusões do estudo.

Para entrar em contato com o responsável da pesquisa, seu email é wagnertc@usp.br

[Para responder a pesquisa clique aqui](#)

Agradecemos sua colaboração,

Diretoria da FEAUSP

QUESTÕES

Para as seguintes frases, escolha a que você mais concorda:

A FEA deveria ser mantida unicamente com recursos do orçamento do Estado

A FEA deveria ser mantida com recursos do orçamento do Estado e recursos adicionais levantados com de ex-alunos e alunos

A FEA deveria ser mantida com recursos do orçamento do Estado e recursos adicionais levantados com empresas parceiras

A FEA deveria ser mantida com recursos do orçamento do Estado e recursos adicionais levantados com ex-alunos e alunos, bem como com empresas parceiras.

Não quero/sei responder

Avalie as seguintes causas (finalidades/objetivos) de campanhas de levantamento de recursos para a FEA segundo a importância atribuída. Quanto maior a nota, maior é a importância dada ao critério. Coloque "Não sei", caso não queira/saiba responder. (escala de 0-10)

Bolsas de estudos para alunos carentes

Pesquisa de docentes

Bolsas de iniciação científica para alunos da graduação

Manutenção e melhoria de Infraestrutura da FEA

Bolsas de intercâmbio internacional de alunos

Bolsas de intercâmbio internacional de docentes

Promoção de projetos e atividades de alunos da graduação no terceiro setor

Apoio a aulas complementares e de reforço para a graduação

Realização de eventos e palestras

Aquisição de acervo para a Biblioteca

Desenvolvimento de atletas e times

Desenvolvimento de atividades variadas de extensão

Outros. Cite:

Para os seguintes eventos. Posicione-se a favor ou contra: (a favor, contra ou abstenção)

Campanha de doação de ex-alunos

Campanha de doação de alunos

Campanha de doação de pais de alunos

Patrocínios de empresas

Avalie os seguintes critérios segundo a importância atribuída para tomar a decisão de doação. Quanto maior a nota, maior é a importância dada ao critério. Coloque "Não sei", caso não queira/saiba responder. (escala de 0-10)

Transparência de contas

Identidade com as causas que apóio

Facilidade de pagamento

Valor de contribuição acessível

Grande adesão de amigos ao programa

Projetos anteriores bem-sucedidos

Receber informações sobre as ações e resultados promovidos com o recurso

Ser beneficiado com os resultados alcançados

Receber brindes que representem a causa da doação

Processo de auditoria confiável

Presença de um Conselho que represente os doadores

Outros. Cite:

Avalie as seguintes frases segundo a concordância atribuída. Se verdadeira, coloque “sim”; se falsa, coloque “não”:

Costumo fazer doações esporádicas a instituições sociais (social, cultural, educacional ou religiosa)

Contribuo mensalmente com recursos a uma instituição (social, cultural, educacional ou religiosa)

Avalie as seguintes afirmações segundo a concordância atribuída. Quanto maior a nota, maior é a concordância dada. Coloque "Não sei", caso não queira/saiba responder. (escala de 0-10)

Participaria de uma campanha de levantamento de recursos para a FEA

Solicitaria a meus pais que participassem de campanhas de levantamento de recursos para a FEA

Depois de formado contribuiria com campanhas de levantamento de recursos para a FEA

Valorizo as organizações que investem recursos na FEA

Concordo que a empresa tenha sua marca divulgada em retribuição ao patrocínio

DADOS DE PERFIL

Idade:

Sexo: Masculino / Feminino

Email:

Ano de ingresso na faculdade:

Curso: Administração / Economia / Contabilidade / Ciências atuariais

Período: Diurno / Noturno / Maior parte no diurno / Maior parte no noturno

Estágio/trabalha: Sim, faço estágio / Sim, trabalho como efetivo / Não

Renda familiar:

Até R\$ 1.000

Entre R\$1.001 a R\$ 2.500

Entre R\$ 2.501 a R\$ 5.000

Entre R\$ 5.000 a R\$ 10.000

Acima de R\$ 10.000

Não sei/quero responder

Participa de alguma entidade ou mobilização estudantil?

Centro Acadêmico

Atlética

FEA Júnior USP

Bateria S/A

Outras. Cite: